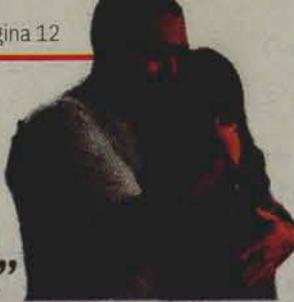


Cidadãos
usam redes
sociais pela
causa animal



Saúde mental
em risco: “vida
de universitário
é assim mesmo”



Denúncia de
usuários contra
Jotur continua
sem resposta



ZERO

Curso de Jornalismo | UFSC | Florianópolis | Maio de 2018 | Ano 37 | Número 1

CIDADE | Página 4

A rua não é sopa

Comida não é a única necessidade das pessoas em situação de rua, que são vítimas de violência, enfrentam problemas para fazer a higiene e para não cederem às drogas



DIREITOS HUMANOS | Página 7

Socioeducativo em SC não funciona como deve

Das 416 vagas possíveis, apenas 340 eram ocupadas em janeiro. Há sublotação porque faltam recursos para contratar servidores e para construir novas unidades. No início do ano, a fila de espera dos centros socioeducativos do Estado tinha 832 adolescentes



Juliana Dal Piva é repórter da Época e de O Globo. Jornalista formada pela UFSC (2009), fez mestrado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV. Já trabalhou nos jornais Folha, Estadão e O Dia, além de ter sido uma das fundadoras da Agência Lupa. Venceu os prêmios Embratel e Libero Badaró de jornalismo impresso e foi menção honrosa do Prêmio Vladimir Herzog, em 2014. Também foi finalista de inovação no prêmio da FNPI, em 2017. É autora do livro-reportagem *Em luta pela terra sem mal*, da editora Multifoco.

2018 é um ano em que todos nós que escolhemos essa profissão estaremos à prova e refletir sobre o Jornalismo com quem está começando é um desafio daqueles. Assim, agradeço à turma pelo convite e prometo cumprir a missão com o comprometimento que esse jornal merece. Contem comigo para discutir as pisadas na bola e vibrar com os gols.

Assim, logo de cara, me sinto na obrigação de sublinhar algo que nos falta de modo coletivo em tempos de crise, como são os do Brasil hoje, e é uma provocação que serve tanto para a turma que deixou o jornal como para a que o assume neste semestre: ousadia, meu povo. A última edição de 2017 entregou uma pauta super diversa aos leitores do Zero, mas foram algumas ausências que me chamaram a atenção.

A principal delas foi a falta de uma suíte sobre a situação da UFSC após a morte do reitor Luiz Carlos Cancellier - isso quando até a imprensa nacional continua cobrindo o caso. Vocês são os repórteres mais próximos dos fatos, conhecem todos os envolvidos, andam e escrevem para os leitores do campus. A obrigação de liderar a cobertura é de vocês. Mais importante. O episódio já extravasou os limites da ilha e se inseriu nesse momento conturbado do país. O assunto não podia - como não pode - ser simplesmente esquecido nas páginas do jornal do curso, inclusive porque o Zero construiu uma trajetória marcada por coberturas históricas. Estão aí as capas das gerações anteriores para lembrá-los a todo momento disso.

E por falar da primeira página, sigo para o segundo tópico de ausência que me chamou atenção na excelente reportagem sobre o conflito de terra entre os moradores da Servidão dos Lageanos e a UFSC. A matéria exemplifica bem a falta de diálogo e a insensibilidade de setores da universidade com os vizinhos que, na realidade, são funcionários da própria UFSC. Entretanto, nos falta tanto na capa quanto na reportagem as imagens das pessoas que vivem essa situação.

O Zero optou por publicar exclusivamente as fotos das casas. Só que são as pessoas que moram nessas casas os personagens principais dessa história. Não sei se foi um pedido dos entrevistados, mas isso também não foi explicado ao leitor.

Então, colegas, faltou. E faltou por todas as razões que tornam o fotojornalismo essencial para a composição das grandes reportagens. Sinto necessidade de apontar, inclusive, que o fotojornalismo deixou a desejar em outras páginas da edição. A mesma situação me fez reparar o excesso de textos sem gráficos, infográficos ou outros suportes de apresentação das informações. Há uma gama infinita de recursos gratuitos na web que podem auxiliar em uma diagramação mais convidativa ao leitor.

Ao folhear a edição, também achei um gol a pauta dos mórmons. Um olhar singular sobre esses homens e mulheres que gastam sola de sapato tentando conquistar fiéis poderia render muito. A execução, porém, nos deixou sem o principal: um perfil de um integrante dessas religiões. A reportagem se dedicou exaustivamente a nos contar como é a religião, em si, de um modo descritivo, mas não nos brindou com os detalhes de como é uma pessoa que passa por essa experiência e faz essa opção. O rigoroso cuidado com as informações brutas nos deixou sem um sabor do lado da experiência humana, que também é muito reveladora.

Aos colegas de 2018, eu diria para ter cuidado com matérias como a do encontro sobre violência contra a mulher. Nesse tipo de evento, o ideal é ir para descobrir qual é a pauta e não fazer uma matéria geral sobre um encontro. Retomo assim o meu tópico inicial: ousadia. Quando se está em um jornal que é laboratório há uma necessidade de se exercer a experimentação. Não se pode ter medo de errar. Esse é o momento para tal e, desse modo, o saldo sempre será mais positivo porque o objetivo é o aprendizado.

EDITORIAL

Zero. Para alguns, um jornal-laboratório; para outros, um jornal gratuito; para nossa turma, um desafio. Como produtores do Zero, gostaríamos de dividir algumas decisões e situações com você, leitor. A começar pelo novo formato e novo projeto gráfico, com diagramação atual, flexível e arejada.

Nesta edição, optamos por estampar na capa a matéria sobre pessoas em situação de rua. Ela mostra uma realidade que vemos todos os dias, mas que em geral se resume ao desvio do olhar. A foto principal da matéria pode perturbar, mas é um registro incidental, em plena luz do dia, de uma realidade mais cruel.

Para este número, vivenciamos uma eleição única na UFSC, resultado da tragédia que ocorreu em 2017 - o suicídio de Luiz Carlos Cancellier de Olivo. Abordada na página ao lado e em nossas redes sociais, esse foi um momento importante para professores, técnico-administrativos e estudantes da instituição. Os desdobramentos da Operação Ouvidos Mucos continuam e estão sendo acompanhados por nossa equipe.

Trazemos também conteúdos culturais, como as quadrinistas que lutam por mais espaço num ambiente masculino e como são produzidos os livros-reportagens de Daniela Arbex e suas "vozes invisíveis".

Buscamos ainda assuntos que interessam aos leitores da UFSC, como transtornos psicológicos que são naturalizados na graduação e pós-graduação. Mas também matérias que são sensíveis para a comunidade em geral, como é o caso das denúncias contra a Jotur, o Sistema Socioeducativo que tem problemas para servir ao seu propósito, o vício atual em tecnologia e a história de cidadãos mobilizados para cuidar de animais abandonados.

Contudo, durante sua produção, esbarramos repetidas vezes no desinteresse das fontes, por sermos "apenas" estudantes de Jornalismo. Foram diversos "nãos" ou "eu não posso agora", "retorno depois" - e, óbvio, nunca tivemos a réplica. Pessoas que, pela posição que ocupam, deveriam se prestar a dar informações, mas fecharam as portas para uma apuração mais profunda. Interesse e busca por respostas não faltaram, porém, as assessorias e as notas oficiais criaram barreiras entre repórter e entrevistado, entre fotógrafo e instituição.



ZERO

JORNAL-LABORATÓRIO ZERO
Ano 37 - N° 1
Maio de 2018

Mande críticas, sugestões e comentários. Participe!

✉ zeroufsc@gmail.com
☎ (48) 3721-4833
🌐 /jornalzero
🐦 @zeroufsc

Departamento de Jornalismo
Centro de Comunicação e Expressão
Universidade Federal de Santa Catarina
Trindade | Florianópolis | SC | CEP: 88040-900

★
3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil
EXPOCOM 1994

★
Melhor Jornal-Laboratório - I Prêmio Foca
Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina 2000

★★
Melhor Jornal-Laboratório
EXPOCOM SUL 2015 e 2017

★
Melhor Jornal-Laboratório do Brasil
EXPOCOM 2015

★
Reportagem em Jornalismo Impresso
EXPOCOM SUL & NACIONAL 2017

★★★★★
Melhor Peça Gráfica
**Set Universitário | PUC-RS
1988, 1989, 1990, 1991, 1992 e 1998**

REPORTAGEM

Allan Rodrigues Bento, Amanda Antunes Bueno, Artur Pereira Búrigo, Brenda Christina Almeida Dilli, Carol Gómez, Felipe Sales, Giuliano Bianco, Karla Gabriela Quint, Luiza Morfim, Marina Zanin Negrão, Mateus Mello, Oscar Führ, Priscila Ribeiro Jansen e Thayná Cordeiro Bessa

REPORTAGEM EM REDES SOCIAIS

Diana Hilleshein, Felipe Sales Cruz, Luiz Fernando Platt e Tainan Antonio Toldo

FOTOGRAFIA

Carol Gómez, Caroline Copatti Selbach, Débora Damas, Chico Duarte, Giuliano Bianco, Mateus Mello e Willian Ferreira Vieira

INFOGRAFIA

Allan Rodrigues Bento e Larissa Karla Martinelli

CHARGE

Leonardo Oliveira Cordeiro

DIAGRAMAÇÃO

Anna Beatriz La Marca, Bruna Elisa Mayer, Bruno Rosa Ramos, Caroline Copatti Selbach, Ildo Francisco Golfetto, João Vitor Nunes, Larissa Karla Martinelli e Mariela Cancelier

PROJETO GRÁFICO

Bruna Elisa Mayer, Caroline Copatti Selbach, Ildo Francisco Golfetto, João Vitor Nunes, Larissa Karla Martinelli e Mariela Cancelier

EDIÇÃO

Allan Rodrigues Bento, Amanda Antunes Bueno, Artur Pereira Búrigo, Karla Gabriela Quint, Luiza Morfim, Marina Zanin Negrão, Oscar Führ, Priscila Ribeiro Jansen e Thayná Cordeiro Bessa

REVISÃO FINAL

Valentina da Silva Nunes

CHEFIA DA EDIÇÃO

Bárbara Hammes e Bianca Jung Cunha

CAPA

Ildo Francisco Golfetto
Foto principal: Mateus Mello

PROFESSORES RESPONSÁVEIS

Ildo Francisco Golfetto (SC 02372-JP)
Valentina da Silva Nunes (MTB MS 14224)

MONITORIA

Mariela Cancelier

IMPRESSÃO

Gráfica Grafinoite

DISTRIBUIÇÃO E TIRAGEM

1.300 exemplares - Nacional

FECHAMENTO

17 de maio 2018

Reitor eleito prioriza reformas

O reitor recém eleito pela chapa *A UFSC Pode Mais*, Ubaldo César Balthazar, já definiu suas prioridades para o início de gestão. Pensando em solucionar problemas graves no Restaurante Universitário (RU), Hospital Universitário (HU) e Moradia Estudantil, Ubaldo, em entrevista exclusiva ao Zero, relata as melhorias que pretende fazer nesses locais. Ele também analisou a consulta pública que o indicou como reitor eleito e criticou o inquérito da Operação Ouvidos Moucos, da Polícia Federal, que apura desvios nos programas de Educação a Distância (EaD) na UFSC.

Zero: Quais são as suas três prioridades para o mandato como reitor?

Ubaldo: Minhas três prioridades são RU, HU e Moradia. No Restaurante Universitário, temos que acabar com as filas. Existe uma proposta de ampliar seu espaço físico, transformando o que hoje é um depósito em uma área de refeições, aumentando assim o local de alimentação em cerca de 400 cadeiras, o que pode

ajudar no fim da famigerada fila.

No Hospital, temos que resolver imediatamente a emergência adulta, que precisa de uma boa reforma e a emergência infantil, que embora esteja funcionando precisa de uma melhoria nas instalações. Além disso, estamos entregando nos próximos dias obras da clínica cirúrgica e do alojamento conjunto.

Na Moradia, já fizemos um trabalho de limpeza, de poucas reformas. Melhorou bastante, mas ainda não amplia o número de vagas, algo que ainda temos que estudar como resolver.

Como você avalia a consulta pública que o elegeu ao cargo de reitor? Foi um processo normal?

O processo ocorreu dentro do esperado. Houve respeito mútuo, sem afronta pessoal entre os candidatos. Após um primeiro turno de empate técnico (Ubaldo conquistou 34,26% dos votos e Irineu 34,57%), fomos buscar no segundo os votos que faltavam para sermos eleitos.

A maioria dos votos do candidato derrotado no primeiro turno, prof. De Pieri, foi destinada para a sua chapa no segundo turno, principalmente no CTC e CCS, os maiores redutos eleitorais dele. Qual foi a estratégia para angariar esses votos?

Nesse processo, nosso maior esforço foi convencer os eleitores do De Pieri que

Ubaldo Balthazar pretende diminuir filas no Restaurante Universitário, reformar emergências do Hospital e ampliar vagas na Moradia Estudantil



FOTO: CAROLINE SELBACH/ZERO

nos escolhessem, tendo em vista algumas coincidências entre as nossas campanhas. Inclusive adotamos no segundo turno algumas propostas dele no nosso plano de gestão. O que acabou dando certo, já que o eleitor do De Pieri se inclinou naturalmente para a nossa candidatura.

Como o senhor analisa o inquérito da Operação Ouvidos Moucos, da Polícia Federal, que indiciou recentemente 21 funcionários da Universidade?

O relatório saiu como uma confirmação à impressão que nós já tínhamos de que não havia o que a Polícia Federal acusar. A mídia nacional está destacando isso, que os resultados foram pífios, que "a montanha pariu um rato". **Z**

Reitor Ubaldo durante sua votação no segundo turno das eleições

Resultados e perspectiva pós eleições

Ao final da consulta pública à comunidade da UFSC, Ubaldo, chapa 52, atual reitor pró-tempore, foi escolhido para o cargo de reitor com 56,19% dos votos. Irineu Manoel de Souza, chapa 80, conquistou o segundo lugar ao atingir 43,80% dos votos. O resultado foi homologado pela COMELEUFSC no dia 12 de abril, dia seguinte à votação.

A vitória de Ubaldo estava indefinida até o último momento da disputa. No primeiro turno, Edson De Pieri ficou em terceiro (31,16% dos votos), Ubaldo em segundo (34,26%) e Irineu à frente (34,57%).

A chapa de De Pieri decidiu não apoiar nenhum candidato. Às duas candidaturas, o professor, que levava com ele 4.507 votos - destes, 866 de professores, que garantiram a sua vitória na categoria - entregou uma nota em que dizia não pregar a abstenção ou os votos nulos ou brancos, mas que não demonstrava apoio oficial algum. "A UFSC presenciou uma campanha desigual, com aparelhamento nas três categorias, intimidações de membros da comunidade, uso da gestão em prol de uma das candidaturas, participação indevida de membros e entidades externas na busca e convencimento por votos", escreveu.

Em condições normais, o esperado seria que os eleitores de De Pieri - candidato mais alinhado à direita - migrassem para Ubaldo. Afinal, não votariam no candidato mais à esquerda, Irineu. Houve o esforço de Ubaldo para conquistar esses votos que se refletiram no resultado no CTC e CCS. De fato, a UFSC passou por um processo eleitoral fora da normalidade.

Eleições Atípicas

A consulta à Universidade para a escolha de um mandatário não era esperada para acontecer este ano. Em 2016, os professores Luiz Carlos Cancellier e Alacoque Lorenzini assumiram seus cargos de reitor e vice-reitora da UFSC, respectivamente. O mandato deveria ser encerrado em maio de 2020, mas foi interrompido após o suicídio de Cancellier em 2 de outubro de 2017.

A morte de um reitor, de acordo com a Lei Federal nº 8.112/90, é uma das razões para se declarar a vacância do cargo. Assim, no dia 10 de outubro, o Conselho Universitário (CUn) reuniu-se para escolher quem ficaria à frente da reitoria. Optaram por manter Alacoque Lorenzini como reitora interina até 2020, data prevista para o fim de seu mandato de vice. Porém, a decisão não possuía embasamento legal, já que, segundo o Ministério da Educação, após configurada a vacância do cargo, o vice-reitor só pode responder interinamente como reitor por, no máximo, 60 dias. Ou seja, até o dia 2 de dezembro. Alcançado este prazo, a Universidade deveria organizar uma lista com três nomes (lista tríplice) a ser submetida à análise da Presidência da República, a quem cabe definir o reitor de universidades públicas brasileiras.

Em meio a este impasse, Alacoque afastou-se das funções em 30 de outubro, alegando problemas de saúde. O CUn, seguindo seu regimento, elevou ao cargo de reitor pró-tempore o decano dentre os docentes integrantes do Conselho. Coube a Ubaldo Balthazar, professor da UFSC desde 1978,

assumir interinamente um cargo que já era da vice-reitora. Com a certeza de que em 2017 Alacoque não voltaria mais ao cargo e com a cobrança do MEC para apresentar uma lista tríplice para o cargo de reitor, o CUn reuniu-se novamente em 1º de novembro. Na sessão, analisou um parecer do professor Antonio Alberto Brunetta em que se pedia, em caráter de urgência, a criação de uma comissão eleitoral para viabilizar uma consulta pública para escolha do novo reitor, assim como o adiamento do prazo de apresentação da lista tríplice para o MEC. O relatório, aprovado por maioria na sessão, estabelecia 26 de abril como data final para a entrega da lista. O Ministério acatou o pedido da UFSC e possibilitou que a lista tríplice fosse apresentada após o dia 02 de dezembro, prazo inicial.

Podiam se candidatar à lista apenas docentes em caráter titular que compõem o CUn. Após a realização da consulta pública, o CUn finalizou a lista tríplice no dia 11 de maio. Com o acerto dos nomes, ela deve ser encaminhada à Casa Civil da Presidência da República para sanção.

Na vice-reitoria, Alacoque segue na função, pois voltou a assumi-la em 25 de abril, após quase seis meses de licença saúde e férias. Ao final do seu mandato, em 2020, Ubaldo poderá solicitar ao CUn a designação de um vice-reitor pró-tempore para acompanhá-lo até 2022. Afirmou que, conforme o MEC, "a nomeação de um vice é de competência do reitor, de forma que o processo relativo não é encaminhado ao Ministério da Educação", ou seja, não há necessidade de eleição. **Z**

Leia mais sobre as eleições da UFSC em medium.com/@zeroufsc

A rua não é sopa

Vida de quem quer mais do que um prato de comida

Como se abrisse uma embalagem, Ângelo “Pescador”^{*} segura um pombo inerte, puxa a asa para um lado e a cabeça para o outro. Distende a pele do pescoço até rasgar o corpo do animal. É possível ouvir os órgãos partindo e os ossos quebrando. Não fossem os olhares de quem passa pelo antigo terminal Cidade de Florianópolis, às três da tarde de uma quarta-feira, ele prepara a carne ali mesmo, estripando a ave para comer no jantar. “Faço a minha própria comida”, garante, e deixa o trabalho para mais tarde. Se for para pegar fila, ele abre mão da marmitta.

Com a carcaça lacerada na mochila, não se acanha ao revelar a técnica: agacha-se e joga farelos entre os pés; as presas aproximam-se e, sem esforço, é só agarrar uma delas. “A mais gordinha”, brinca. Ele guarda sua cozinha improvisada dentro de uma caixa que carrega nos braços. Panelas, talheres e uma lata de cerveja vazia, usada como fogareiro a álcool. Recolhe desodorantes aerosol e isqueiros do lixo. Com elês maçarica os alimentos. “Quando estou meio assim, querendo carne, eu mato uma dessas” e mira a mochila. “É melhor pedir do que roubar. Esse eu não peço pra ninguém, tem bastante”. Quando pode, ele ainda fisga pescados com linha de mão embaixo da Ponte Colombo Salles e trechos da Avenida Beiramar Norte. Razão do apelido: “Pescador”.

Do cardápio de problemas, comida não é a única necessidade. Ângelo tem a pele ressecada. Não pesca em água doce, e se não consegue chuveiro, a higiene é feita ali mesmo, na água salgada. Toma banho no mar sabendo que “os caras gastam água pra caralho pra lavar os carros”.

Violência é outro ingrediente das ruas. Foi roubado. Levaram seus documentos e sua linhada. Não pode pescar e nem utilizar os serviços públicos. Na hora do descanso, sonhar só se for de olho aberto. “Não falo pra ninguém onde eu durmo”. Pescador é um entre muitos. De acordo com o Diagnóstico POP Participativo (disponível em bit.ly/diagnosticipop), apenas 7% das pessoas em situação de rua está abrigada ou acolhida em alguma instituição.

“Tem uns playboy que tão jogando bomba na madrugada”, relata André Schä-

fer, linha de frente do Movimento Nacional da População em Situação de Rua de Santa Catarina (MNPR-SC), referindo-se às agressões noturnas de que são alvos. Aos 40 anos, cerca de 1,80m de altura e porte físico de segurança particular, adverte: “se vier um cara aqui mexer com um, ele vai se foder”.

Numa das noites, foram perturbados e conseguiram identificar um dos arruaceiros. Em um grupo de nove, alcançaram os “playboys” perto do Parque da Luz e, segundo Schäfer, acertaram as contas. Para não complicar os outros, ele assumiu tudo sozinho. “Tu vai falar que eu sou louco, mas como eu sabia que a polícia ia dar atraque nos espaço, eu fui até a central de polícia e me entreguei.” Só que o grupo oposto já estava lá, registrando boletim de ocorrência por assalto. Schäfer contestou. Falou para o delegado de plantão: “pô, mas eu não roubei nada! Ô senhor, vai lá no carro deles, os caras tavam jogando bomba”. Um policial civil encontrou resíduos de pólvora dentro do veículo. Como os “playboys” não conseguiram se explicar, Schäfer foi solto. “O boletim de ocorrência feito contra mim foi rasgado. E eu fiquei seis horas [na delegacia], só pra me acalmar.”

Todas as segundas-feiras, no coreto da Praça XV de Novembro, ele acompanha as reuniões do MNPR-SC. Durante o ensino fundamental e médio, estudou nos colégios Catarinense, Geração e Energia. “Caí de uma família classe média alta”, revela. Filho adotivo de pai militar, morou durante 20 anos na Base Aérea de Florianópolis. “Eu não me enquadrava naquela família e aos pouquinhos fui vindo para rua”. Há 14 anos vive nela.

Segundo dados do Diagnóstico POP Participativo, quase 70% de quem está nessa situação mora há menos de cinco anos na rua. “Eu não vim pra rua por causa das drogas, as drogas vieram só depois”, recorda ele. Porém, não tardou para que elas viessem. “Foi uma forma de eu poder passar essa dor”, ressentido. Os dados também indicam que 88% dessa parcela da população consome ou alguma vez já consumiu drogas.

Nas bordas do tecido social não há alternativas para esquecer o sofrimento. “Não tem a porra de um projeto de esporte pra nós aqui, tá ligado! Daí só nos resta o quê? A porra do uso da droga!”, grita Schäfer. O tira-teima comprova. Cerca de 60% não têm acesso à atividade física ou não pratica esporte. Desassistidos pelo poder público, improvisam a solução através da auto-organização. Aos domingos, se reúnem no Parque da Luz para jogar futebol

com “uma bola fodida pra caralho”.

Há seis anos, Schäfer provavelmente não jogaria no time. “Eu sempre pensava em mim, no individual: no meu prato de comida, no meu território, no meu uso de droga. Não tinha essa de companheiro de rua. Sempre fui um cara só”, manifestou-se. Seu esporte não era coletivo e nem amistoso. “Fui um cara muito bom na porrada, porque eu fui um cara educado militarmente”. Em 2012, depois da fundação do MNPR-SC, Schäfer acendeu o pavio, mas para a luta social. Naquele mesmo ano entrou na militância.

Aprendeu a ter empatia. “Eu mudei muito pelo movimento, porque me fez muito bem, me tornou um pouco mais humano”. Aprendeu outros valores. “A recompensa vem do sorriso e do abraço dos parceiros”, diz emocionado. Aos poucos, Schäfer tornou-se uma das lideranças para quem vive nas ruas da capital. Mas ele toma cuidado, não quer centralizar o movimento. “A gente tá fazendo um trabalho que é coletivo”.

O respeito de quem quer somar na luta atraiu a atenção de quem quer subtrair. “Eu sou um cara muito odiado por grande parte da Polícia Militar”, relata. Nas abordagens que sofre, os policiais o chamam de “Movimento”.

“A mitologia grega fala de Hércules. Vou te falar que Hércules é muito pequeno perto da gente”, compara Schäfer. No começo deste ano, ele estava no ponto de ônibus próximo à Praça da Bandeira e ouviu uma viatura se aproximando em alta velocidade. Os militares estacionaram na praça, saltaram e abordaram aos gritos alguns usuários de crack que estavam no local. “Eu escutei os cara falando assim: ‘Cadê ele, pô?! Ele acabou de passar aqui, porra!! Cadê ele?!’. Na tentativa de fugir, Schäfer deu sinal para o primeiro ônibus que passou, mas os policiais perceberam a movimentação e conseguiram capturá-lo. “Eu tomei um pau tão gigante, tomei tanta porrada. E eles falaram assim ó: ‘sai dessa porra desse movimento, seu filho da puta!’”.

Por convicção ou segurança, talvez por ambos, ele não saiu. “Se a gente tiver num bloco junto, a dor vai ser menor. Se cada um tiver sozinho, a dor vai ser maior”. Ao invés disso, realizou o procedimento padrão: foi à delegacia, registrou boletim de ocorrência, fez exame de corpo de delito e abriu denúncia na corregedoria.

Alimentação nociva:
Ângelo Pescador extrai as asas de um pombo e rasga o animal, limpando a carne para comer no jantar

“Acham
que a gente é
morto de fome”

* Nome fictício para preservar a identidade do entrevistado



Também publicou um vídeo denunciando o que aconteceu. Não tem o que esconder. “Aqui é uma luta legítima, de ocupar o espaço, de tentar geração de renda”.

Fome de quê?

“A gente não quer só a porra de um prato de comida.” Mais de 95% da população em situação de rua faz pelo menos uma refeição diária; 55% come três vezes ao dia. Entre instituições religiosas, ONGs e outras organizações, 32 grupos servem alimento no Centro de Florianópolis. “Acham que a gente é morto de fome”, debocha Schäfer.

Mario Grillo vive nas ruas da Ilha de Florianópolis desde 2000. Ele é faminto por conhecimento. “Eu quero acesso a uma biblioteca, eu quero que alguém me escute. Eu quero que alguém fale assim: ‘Ô, cê sabe pintar? Cara, tem um amigo meu que tá querendo pintar a garagem’”, reivindica. Cerca de 45,5% de quem está nessa situação não tem acesso a qualquer tipo de cultura e menos de 30% sobrevive apenas do ato de pedir.

Na juventude, Grillo lia Albert Camus, Franz Kafka e John Steinbeck, mas sabe que a cultura vai além dos autores clássicos. 92,4% de quem vive na rua sabe ler e escrever. “O conhecimento não tá só em Nova Iorque, em Biguaçu, ou na Biblioteca da USP”. Ariano no horóscopo ocidental e dragão no chinês, ele é dono de um bigode de malandro e discurso mordaz. Elogiado por seu amplo vocabulário, não perdoa. “Que se foda meu vocabulário! Que se foda! Mas que não se foda a minha essência, o meu orgulho, aquela coisa que vem lá de dentro mesmo”. Se orgulha de ser quem é, mas admite que falta muito para chegar aonde deseja. “Eu ainda tô me modificando”. Seu sonho é publicar um livro. Escreve diariamente, e se diz inventor de um gênero próprio, a “cronesia” - uma espécie de crônica redigida em versos.

Gaúcho, herdou dos pais um terreno em Uruguaiana, vendeu-o e viajou para São Paulo e depois para Belo Horizonte. Naquela época, ainda morava sob um teto. Tornou-se sócio da irmã e do cunhado e investiu parte do dinheiro em um sacolão de frutas e verduras. Não deu certo. Começou a trabalhar como porteiro em um condomínio nobre da capital mineira. Dias sim, dias não, batia o ponto das 19h às 7h. “O famoso 12 por 36”. Foi nessa época que conheceu uns “hippies” que dormiam em uma praça perto de seu trabalho. Fez os cálculos e percebeu que podia manter o mesmo salário e viver com mais liberdade. “Vivi quatro anos normalmente em BH. Foi quando tomei um banho de rua e morei mais três anos vivendo no ‘futebol clube’”. Para esta expressão futebolística ele dá alguns significados. Um deles é “rua”.

Há 21 anos Grillo entrou para o “time”.

Ele não perde o orgulho, nem pede esmola. “Às vezes eu preciso de um incentivo, eu preciso de um telefone celular pra ter um acesso, eu preciso de um laptop pra poder, de repente, escrever meus textos”. Grillo sabe a importância de coletivizar as informações, mas sabe também que cada um tem seu ritmo e não impõe seu conhecimento aos outros. “Nós somos diferentes, cada um é diferente, tem necessidades diferentes. Em algum momento

as necessidades se cruzam, se coadunam, se encerram naquela mesma ideia”.

Ele põe em prática essa linha de raciocínio na militância do MNPR-SC. Socialista convicto, durante as conversas, ele sintetiza teorias políticas sofisticadas de forma simples e didática. “O cara que tem um BMW e dorme numa cobertura precisa de alguém. Precisa de um porteiro, precisa do cara que vai colocar uma gasolina, mesmo que ele esteja pagando por aquilo”. Às vezes ele não poupa acidez. Como quando, durante a entrega de marmitas por um dos grupos de apoio, ironizou uma das apoiadoras. “Que legal que cês tão trazendo marmita... mas não é só isso que a gente precisa!”

A exclusão está servida

Segundo Schäfer, a Secretaria Municipal de Assistência Social de Florianópolis pagava R\$ 17,90 por cada uma das 110 marmitas distribuídas diariamente no Centro POP. “A qualidade delas era uma porcaria”. Conseguiram melhorá-las através do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina (Consea), mas a quantidade caiu para 100 almoços diários.

E diminuiu ainda mais na sexta-feira, 6 de abril. Por falta de funcionários, o Centro POP distribuiu apenas 70 fichas de atendimento. 75% da população em situação de rua utiliza os serviços. Atualmente, são quatro assistentes sociais para atender uma fila que chega a 150 pessoas. Quem é atendido tem direito a café da manhã, almoço, banho e guarda-volumes. Às 16h de sexta, cerca de 90 manifestantes foram até a Secretaria Municipal de Assistência Social protestar contra a redução do serviço. Eles formaram uma comissão para falar com Bárbara Cidral de Souza, Diretora de Proteção Social Especial da secretaria. Ela confirma que a redução do número de fichas é por conta da diminuição do número de servidores. Schäfer reclama que “ela falou que não tem previsão de edital e, num momento de pressão, o próprio movimento se colocou à disposição. Na segunda-feira, nós faríamos uma complementação de equipe. Não é correto, porque essa gestão está terceirizando tudo”.

Com a ajuda do MNPR-SC e a contragosto dos funcionários do Centro POP, no dia nove foram distribuídas 100 fichas. “A equipe técnica tava irreductível, mas nós reconhecemos. É uma forma de pressionar o município. Só que quem paga o preço é nós”, pondera Schäfer. Não durou muito. Na manhã seguinte, o atendimento diminuiu novamente para 70 pessoas. Às 6h da manhã de terça-feira, 22 pessoas já esperavam em frente ao local. Na noite do mesmo dia, Victor “Artista” estava escorado no guarda corpo que separa a calçada da Rodovia Governador Gustavo Richard e a Passarela Nego Quirido - onde fica o Centro POP. Preocupado com a redução do serviço, às 22h30 ele já guardava seu lugar: o segundo da fila.

O atendimento começa às 8h30.

Artista foi expulso da casa da mãe pelo padrasto. Tinha 16 anos, foi morar na rua e “pegou o mundo”. Hoje tem 30 e já viajou por oito estados brasileiros: Rio Grande



do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Já tem planejada a próxima viagem: entrar na Bolívia pelo Mato Grosso do Sul, descer pelo Peru, passando pelo Chile, e ir até o Uruguai. Nesses lugares, ele acampa, fica em albergues ou aluga um quarto. “Pra cá é tudo caro. O mais barato que eu achei, um hotelzinho ali, é das 8h da noite às 8h da manhã, só que é R\$ 50. E pra lá, quando eu viajo, acho por dez, por sete, 15, 20.”

“Pra mim a comida não é a maior dificuldade. A dificuldade é a parte da higiene pessoal, tomar um banho”, afirma Artista. Se não fosse o Centro POP, ele “teria que batalhar mais ainda, correr mais atrás, pra juntar mais dinheiro e pagar um hotel ou pensãozinha” e “pagar todo dia R\$ 15 ou R\$ 10, que é o que a maioria dos hotezinhos cobra por meia hora, pra tomar um banho. Ficaria muito caro. Até pra mim que sobrevivo da minha arte”.

Na tarde de quarta-feira (12) foi votada em assembleia pública o início da greve dos serviços públicos municipais por tempo indeterminado. Consequentemente, o atendimento no Centro POP passa de reduzido à paralisado. Os servidores exigem a retirada do projeto que prevê Organizações Sociais no controle dos serviços. “População de rua faz política, discute política e faz parte dessa sociedade também”, disse Schäfer, durante a assembleia em nome do MNPR-SC. No dia anterior, durante a entrevista, ele admitiu que se sente isolado no movimento organizado de lutas. Mesmo assim insiste. “Nós vamos apoiar essa greve mesmo sabendo que quem vai se foder é a gente”.

Além disso, a diretora Cidral afirma que, a partir de maio, o Centro POP não funcionará no mesmo espaço. Com a mudança de endereço, mudam também os serviços ofertados. Apenas quem está em atendimento psicossocial poderá tomar banho e comer. Atualmente, 24 pessoas são atendidas nessa modalidade. Ela alega que a mudança é para se adequar à Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Ela afirma que banho e alimentação serão ofertados “pelo município, não pelo Centro POP”, mas não soube informar qual órgão será responsável.

No fim da entrevista, Grillo desabafou: “Tô cansado de morrer! Eu quero viver”. **Z**

Luta por direitos:

Tatuagem do sobrenome de André Schäfer, uma das lideranças do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR-SC)

“Tô

cansado de morrer! Eu quero viver”

Utopias e dramas da mulher na rua

Falta de higiene e privacidade são problemas que não impedem Miriam de sorrir e sonhar

Negra, feminista e militante do MNPR-SC, Miriam Silva da Silva saiu de casa ainda jovem para buscar a própria utopia. Hoje, com 36 anos, ela continua sua busca. “A minha história eu faço todo dia”. Nasceu na cidade do Chuí, Rio Grande do Sul, e descende dos fundadores do Quilombo da Família Silva, o primeiro quilombo urbano do Brasil, situado na capital gaúcha. Pela cor da sua pele, sente-se “vista como algo com despreço” aos olhares da sociedade. “Nunca entendi porque o saco de compras é branco e o saco de lixo é preto.”

Ela é contra o rótulo de “moradora de rua”. Defende que as pessoas são mais complexas do que essa expressão pode definir. “Tem pessoas aqui, cada um com a sua história.” Ela se vê como demanda de um país com um histórico que nega-lhe chances há séculos. “Sou fruto de um povo que foi o primeiro morador de rua: o povo negro.”

Na primeira noite que dormiu sob uma marquise, revoltou-se. “Quando eu acordei em uma calçada, eu vi que a minha cabeça tava na altura dos pés das pessoas. Me revoltei com essa tal de humildade.”

Vaidosa, ela passa nos lábios um batom rosa que combina com o tom da blusa. Usa

brincos artesanais e dreads nos cabelos. Simpática, gosta de crianças e acena para o pequeno Fábio quando o menino passa no colo de sua mãe pela calçada da Rua Vidal Ramos. Ele sorri e acena de volta. Ela não tem filhos, apenas uma cadelinha chamada Pipoca. Defende que a mulher deve ter filhos quando e se quiser.

No feminismo, ela busca o direito ao aborto, o direito de decidir sobre o próprio corpo. “Eu luto muito pela questão da mulher. Por exemplo, se ela quiser sair e beijar dois caras, ela beija e não deve ter aquele rótulo de puta.” Porém, entende isso de uma forma não convencional. “O meu empoderamento é abrir mão do meu poder.”

Sabe que vive em um mundo machista e que ser mulher em situação de rua implica em problemas mais práticos. Por exemplo, a falta de banheiros públicos para fazer a higiene. “Os ratos não sou eu que sustento! Mas se vier uma epidemia sanitária, quem é o primeiro povo a ser atingido?”. E emenda “o mesmo HIV que mata um pobre aqui também matou Cazuza”

Somada às necessidades fisiológicas, no período de menstruação o drama aumenta. Às vezes não encontra um lugar com privacidade para trocar os absorventes se não pode pagar para usar o banheiro da Praça Fernando Machado. Popular entre as pessoas nessa situação, a administração cobra R\$ 2 para cada vez que o serviço é usado. “Então quer dizer que o [poder] privado tá entrando até na minha intimidade, d’eu não poder trocar um absorvente por dia”.

Se não fosse o bastante, ela teme por sua segurança em um nível de filmes de



terror. “Dou graças a Deus que os transplantes [de órgãos] sejam pelo SUS, porque senão eu seria a maior vítima aqui”. Sua proteção são os amigos das ruas, aqueles mais próximos, a quem que ela pode chamar de família.

Ela sente falta dos parentes e sonha em homenagear seus descendentes estudando Antropologia, para entender o seu ser no coletivo, para estudar a cultura negra, o batuque. “Já pensou eu chegar numa PUC e fazer uma palestra sobre a cultura do batuque?” Mora na filosofia e lê livros como *Mundo de Sofia*, do norueguês Jostein Gaarder. Quando fala sobre o Mito da Caverna, de Platão, seus olhos brilham. Percebe a contradição que “a mesma luz que te ilumina também pode te cegar”. **Z**

Poeta de rua:

Em meio a peles brancas como neve
Aqui Miriam quem jamais esquece
Não passarei em branco na sua vida
Porque onde há vida
Também deve haver um pouco de algo sofrido
Então a ferida pode ser tratada
É a defesa do órgão mais exposto que temos em nossos corpos
A nossa pele

Final de feriado: a única marmitta do dia

Arroz, frango, batatas e cenouras eram os ingredientes da canja servida no Largo da Catedral Metropolitana de Florianópolis. Mais de 100 pessoas faziam fila para receber o alimento de um grupo cristão que, religiosamente, serve marmittas nas noites de terça-feira em frente à igreja. O prato principal acompanhava pão, farinha, pimenta e um copo d’água. Desassistidos no feriado de 1º de maio, essa foi a única refeição do dia para alguns que ali esperavam.

E não eram só pessoas em situação de rua. Alguns moradores da região e trabalhadores noturnos do Centro também fizeram seu prato. Na verdade, a comida foi servida em potes de isopor, acompanhado de talheres plásticos e descartáveis.

Antes mesmo dos três carros chegarem com as marmittas, a fila já se formava, tímida, ao lado do posto da Polícia Militar. Próximo à ela, outro grupo se organizava para receber roupas de doação. Aqueles que conseguiam um agasalho ou cobertor, então se encaminhavam para o final da fila da comida.

Um leve sereno deixava as pessoas molhadas e encolhidas de frio. Quem se servia buscava um local para comer. Sentavam-se nas mesas e calçadas e conversavam com seus pares, como se jantassem na mesa de casa.

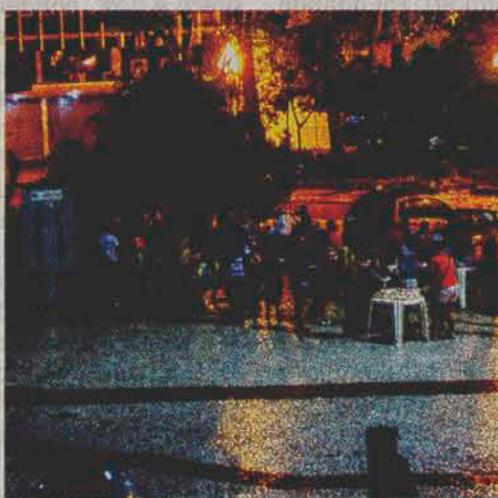
Não fosse a pimenta, a comida seria insofista, carente de qualquer tempero. O pão murcho afundava na sopa que, mistura-

da à farinha, parecia um angu. A farinha sustenta e retarda a fome. Alguns ali não farão outra refeição até o dia seguinte. Os sinos da Catedral anunciavam nove horas.

Franz Perna* apontou para um senhor e disse que ele não precisaria estar ali se não quisesse. Perna contou que, certa noite, o velho apareceu um pouco perturbado e entrou na fila. Logo depois de se servir, ele começou a falar sozinho e abriu os botões da sua camisa. Sobre seu tórax estavam grudadas algumas notas de cem e cinquenta reais. Aos risos, os amigos de Perna confirmaram a história e calculavam mais de mil reais. “Mas ninguém pegou nada”, um deles falou. Ninguém perguntou de onde veio o dinheiro. “Ele não fala com ninguém aqui”, disse Perna.

Depois de comer, aos poucos as pessoas se dispersaram pelas ruas do Centro. Uns para os lados da avenida Hercílio Luz, outros descendo as ruas Trajano e Tenente Silveira, em direção ao prédio do DEINFRA, onde dormem. Quando já não restavam mais do que os potes de isopor, o grupo católico formou um círculo para orar. Menos de dez daqueles que se alimentaram permaneceram junto ao grupo para rezar.

Já era audível o Pai Nosso quando, saído detrás do posto policial, o velho das notas coladas passou andando, sem nem olhar para os lados. Quem sabe se dali não iria para sua casa, descolar o dinheiro do corpo e contabilizar os ganhos do dia. **Z**



Refeição única:

Sob o sereno, mais de 100 pessoas aguardam até que sirvam o pão, a água e a canja com farinha. Em outra fila, esperam pela doação de roupas e cobertores

Socioeducativo em SC não funciona como deve

Lentidão para melhorar o Sistema prejudica trabalho dos profissionais e dificulta a segunda chance de jovens

Pedro* completou 21 anos em um gelado dia de inverno. Ao atingir a maioria, saiu pelos portões do Centro Socioeducativo São Lucas, em São José, após cerca de seis anos cumprindo medidas socioeducativas em regime de internação. Vestindo uma bermuda de tacetel, chinelos e um moletom emprestado, dessa vez ele saía para nunca mais voltar. A bagagem mais pesada que Pedro carregava eram as cicatrizes dos maus tratos sofridos ao longo das internações e também da vida. Do lado de fora estava Bianca, sua namorada, a única que o visitara durante sua internação.

Abandonado pela mãe e rejeitado pelo pai ainda criança, Pedro viveu em situação de rua e vendeu balas nos semáforos até ser levado para uma casa de passagem. Já adolescente, pequenos furtos começaram a fazer parte de sua rotina e ao mudar-se para a Vila União, no norte de Florianópolis, Pedro encontrou uma casa para ficar em troca de sua mão de obra no tráfico de drogas. A partir daí, foram registradas inúmeras passagens pela polícia.

Pedro passou a adolescência indo e voltando de centros socioeducativos, sendo transferido de um lugar para outro. Esteve em Chapecó, Blumenau, Itajaí, Curitiba, Lages e Tubarão. No Centro de Internamento Provisório (CIPE) de Chapecó, Pedro foi espancado, segundo ele, por monitores enquanto tomava banho e ainda carrega uma cicatriz na cabeça. Enquanto estava no São Lucas, o adolescente fugiu mais de uma vez. Em uma das fugas, ele afirma que foi torturado durante horas pelos policiais do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE). Cabos de enxadas e pás e choques elétricos teriam sido usados na tortura. Baldes de água eram utilizados para acordar o adolescente quando ele desmaiava. Além de tudo isso, ainda havia roubo de pecúlio - dinheiro deixado para comprar algo necessário -, o isolamento sem motivo, a negligência médica e também o impedimento para receber as visitas da namorada.

Recomeçar a vida ao lado de Bianca era o caminho que Pedro queria seguir ao sair do São Lucas, em 2010. Hoje, aos 28 anos, vive com Bianca, com quem está junto há 10 anos. Vítima de dois AVCs e um infarto, Pedro será pai daqui cinco meses.

Os muros pelos quais Pedro saiu já não existem mais. O antigo Centro Socioeducativo São Lucas foi interditado em dezembro de 2010 e demolido em 2011 em razão das condições insalubres e desumanas às quais os adolescentes eram submetidos. As instalações frequentadas pelos internos masculinos eram precárias, escuras, imundas. "Reboco caindo, paredes sujas e úmidas, fossas das 'celas' transbordando junto às janelas de cada dormitório. Era um depósito de jovens. Nenhum trabalho socioeducativo era desenvolvido com eles, mas tão somente a segregação, permeada por violência", lembra o promotor de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, Gilberto Polli, que durante cerca de quatro anos atuou na área da Infância e Juventude da Comarca de São José.

Atualmente, no terreno do antigo São Lucas, existe o Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) da Grande Florianópolis. Inaugurado em 2014 com a proposta de ser um exemplo para as outras unidades do estado, o local abriga hoje 25 adolescentes em regime de internação, afastados do convívio social. Essa medida faz parte do meio fechado do Sistema Socioeducativo e é voltada para adolescentes que praticaram atos infracionais como roubo, homicídio e latrocínio (roubo consumado ou tentativa na qual resultou em morte).

Com quartos individuais equipados com cama, chuveiro, vaso sanitário, pia e escrivaninha, o espaço de 8,4 mil metros quadrados foi planejado para comportar 90 adolescentes, porém devido à escassez de recursos humanos e financeiros, apenas 25 vagas estão ocupadas. "Os espaços destinados às atividades esportivas e recreativas são adequados. Principalmente, as salas para educação e profissionalização, que também podem comportar atividades de cunho efetivamente socioeducativo", afirma Polli.

Ainda segundo o promotor de Justiça, no que diz respeito à estrutura, após a inauguração do novo centro a situação mudou "da água para o vinho". "O fato de também haver um espaço externo humanizado permite com que se busque apresentar aos jovens um caminho de vida diverso daquele que os levou à internação". Porém, quanto à implementação da prática socioeducativa, o promotor explica que ainda não é possível observar grandes mudanças. Para exemplificar, ele menciona que, desde a reabertura da nova unidade, o Ministério Público já ingressou com cerca de dez Ações Cíveis Públicas no Poder Judiciário para melhorar as condições de funcionamento do Centro. Destacam-se, entre alguns dos objetos dessas ações, a necessidade de contratação de servidores mediante concurso público, contratação ou oferta adequada de serviço de saúde, melhor alimentação e afastamento de agentes socioeducativos suspeitos de agredirem fisicamente internos.

Os relatos recentes de agressão descritos nessas Ações Cíveis Públicas se conectam com as denúncias de maus tratos feitas por internos na época em que o CASE era ainda o São Lucas, ou, "masmorra", como o Conselho Nacional de Justiça chamou o local após sua interdição judicial. As denúncias de violência e maus tratos causadas por agentes registradas entre 2014 e 2016 geraram oito processos. O portal jornalístico "Farol Reportagem" teve acesso a estes processos, que envolvem 12 menores de idade, e, a partir deles, publicou em novembro do ano passado o especial "Vozes do CASE".

Por enquanto o especial já gerou sete textos e três vídeos assinados por Lúcio Lambranh, Gabriela Rovai e Eduardo Cavalcanti; mas a equipe está em processo de produção de outras reportagens. Segundo Lambranh, o produto levou um ano e dois meses para ser publicado. "A maior dificuldade foi ouvir estes personagens que foram vítimas. As famílias até ficaram indignadas com o que aconteceu com seus filhos, mas têm medo de falar. Tentamos então falar deste atos, mas também mostrar que um grupo dentro do sistema tenta fazer o melhor diante das precárias condições", afirma o repórter.

"Vozes do CASE" mostra o caminho percorrido por estes oito processos que envolvem práticas como tortura, asfixia, espancamento e humilhação por parte de agentes. O relato se faz por documentos, fontes oficiais, mas também por funcionárias do CASE.

Os três vídeos publicados pelo especial traçam perfis das assistentes sociais Márcia Araújo e Neylen Junckes; e da juíza da Vara da Infância e Juventude de São José, Ana Cristina Borba Alves. Mulheres que fazem parte do grupo, descrito por Lambranh, tentam fazer a diferença em um sistema que ainda sofre com a falta de humanização.

Em contrapartida, a 13 quilômetros do CASE da Grande Florianópolis, encontra-se o CASE da Capital. Localizado no bairro Agrônômica, o local oferece aos jovens internados, além da escolarização obrigatória, atividades como horta, grupo de reflexão, atividades esportivas na quadra, jogos de mesa e tabuleiro, grupo temático com estagiários de Psicologia e cursos profissionalizantes, quando disponíveis. Segundo Tathiana Reche Santa Rosa, psicóloga no CASE da Capital, os adolescentes ainda podem participar de atividades externas, como visita ao Projeto Tamar, teatro, exposições culturais, cinema, participação no Festival Internacional de Arte e Cultura, visita à universidade, culto religioso, visita ao Farol de Santa Marta no município de Laguna/SC.

Entre várias histórias, Rosa gosta de relembrar algumas que marcaram seu trabalho dentro da unidade. Os adolescentes Carlos e Manuel, por exemplo, pediram em audiência de liberação para permanecerem no CASE da Capital por mais um mês, até terminarem o curso profissionalizante que realizavam na instituição. Ou então, o caso de Guto, adolescente que teve uma saída temporária autorizada no período da Páscoa. No momento do retorno para o Centro, teve de ir sozinho de ônibus, pois a mãe estava trabalhando e não podia levá-lo de volta à unidade.

A equipe do Zero responsável por escrever esta reportagem procurou o diretor do Departamento de Administração Socioeducativo (DEASE), Zeno Tressoldi, para ouvir o que o órgão responsável pelo meio fechado do sistema no estado tinha a dizer. Após um mês de solicitações, a entrevista não foi concedida, segundo o departamento, devido à falta de espaço na agenda do diretor. A visita ao CASE da Grande Florianópolis também não foi autorizada.

Dificuldades enfrentadas

Os CASEs da Grande Florianópolis e da Capital são apenas dois exemplos. Administradas e fiscalizadas pelo DEASE, todas as unidades catarinenses de atendimento socioeducativo enfrentam dificuldades como número insuficiente de vagas, falta de recursos humanos, problemas de financiamento e a má distribuição regional dos Centros existentes.

Santa Catarina conta com 26 unidades, sendo elas divididas em cinco CASE, 14 Centros de Atendimento Socioeducativo Provisórios (CASEP), quatro Casas de Semiliberdade (CSL) e dois centros de internação feminina. Sob administração integralmente pública estão 14 unidades, enquanto outras 12 funcionam por meio de convênios junto a Organizações não Governamentais (ONGs).

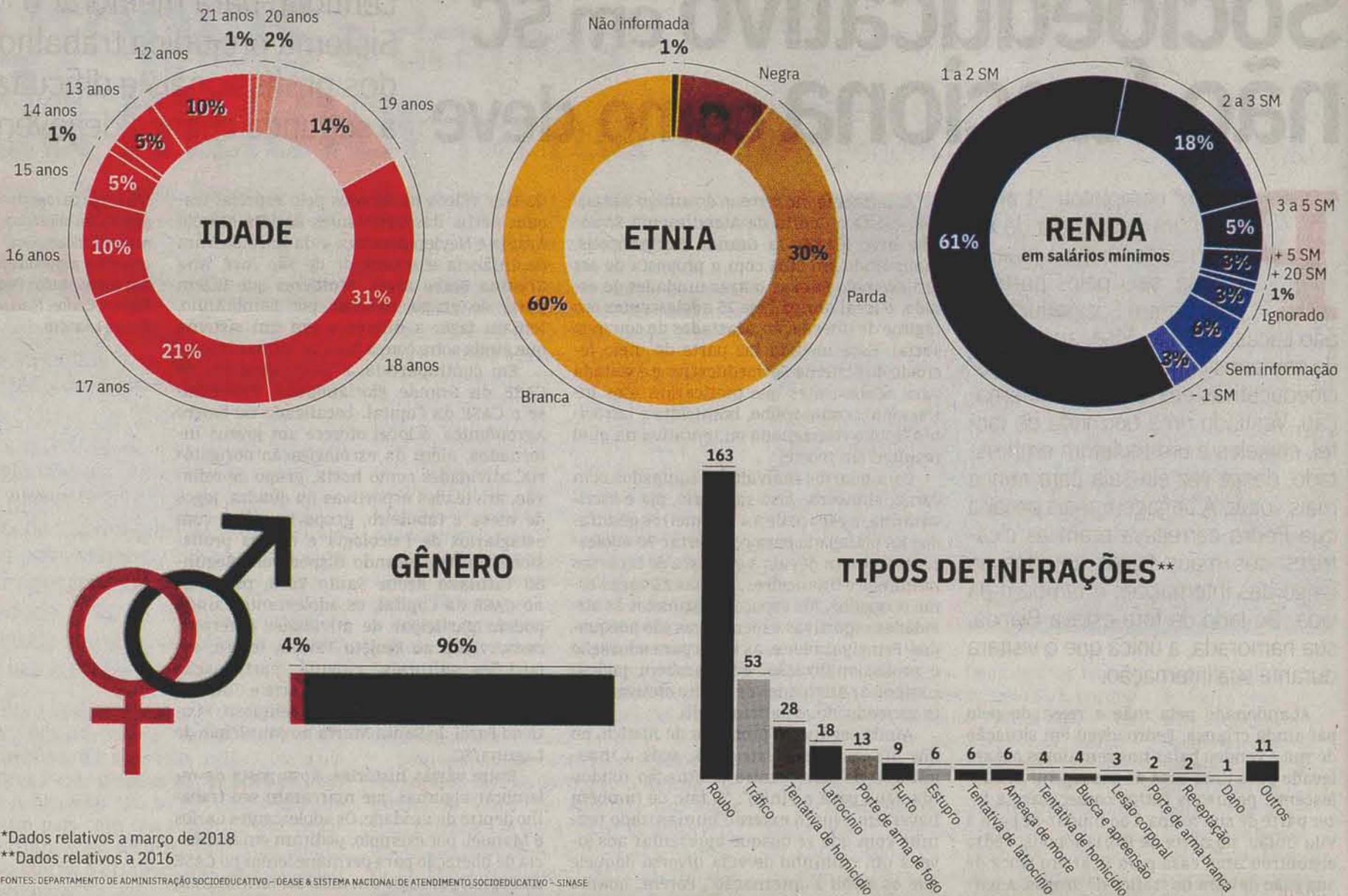
Para ser responsável pela administração total de unidades, as entidades

*Ao longo da reportagem foram utilizados nomes fictícios para preservar a identidade dos entrevistados Pedro, Bianca, Carlos, Manuel, Guto e Leandro.

Espaços
 usados pelos
 internos masculinos
 eram precários,
 escuros, imundos

Perfil dos jovens apenados em Santa Catarina

Dados mostram que jovens brancos do sexo masculino, entre 17 e 18 anos, e renda entre um e dois salários mínimos, são maioria nos centros socioeducativos do Estado



*Dados relativos a março de 2018

**Dados relativos a 2016

FONTES: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO SOCIOEDUCATIVO - DEASE & SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO - SINASE

são remuneradas e, então, nesses casos, o DEASE atua como fiscalizador a fim de verificar se todas as regras firmadas em contrato estão sendo cumpridas.

As 26 unidades têm capacidade para abrigar 416 pessoas. Respeitando a legislação vigente, os centros socioeducativos catarinenses trabalham com lotação máxima ou sublotação, nunca a superlotação. Em janeiro, 340 vagas estavam sendo ocupadas. Por um lado, o aspecto é positivo, pois tenta priorizar o trabalho educacional e individual. Porém, cria um novo problema: as filas de espera. Até o final de março, segundo levantamento do DEASE, 378 adolescentes estavam aguardando uma vaga para cumprir medidas em regime de semiliberdade ou internação em Santa Catarina nos CASEs do Estado. A fila de espera de todas as unidades socioeducativas de SC no começo do ano chegava a 832 crianças e adolescentes.

Uma das explicações para a sublotação é a falta de recursos para construção de novas unidades e também para a contratação de servidores. Acessando o Portal da Transparência, encontram-se os dados de que o sistema socioeducativo catarinense possui 414 agentes efetivos e 245 temporários. O estado deveria ter contratado mais efetivos em 2017, quando foi realizado concurso público para preenchimento de vagas, mas nenhum dos 237 aprovados assumiu sua função. O argumento do governo do estado é de que não há recursos para a contratação efetiva e que a opção por contratos temporários, que duram quatro anos, é uma alternativa mais viável já que gasta-se menos com treinamento, benefícios e não há possibilidade de reajuste salarial.

A Justiça já acionou o governo catarinense para que algumas contratações sejam efetivadas o quanto antes. No Centro de Internação Feminina da Capital, uma liminar requerida pelo Ministério Público Estadual obrigou a contratação de 12 agentes. Em Chapecó, uma outra decisão judicial pediu a nomeação de 50 agentes. O caso se repete no CASE da Grande Florianópolis, onde, an-

tes da realização do concurso, a Justiça já obrigava o estado a contratar 120 servidores efetivos. O MPSC também pediu medida semelhante para o Centro de Internação Provisória em Lages, mas a solicitação ainda não foi acatada pela Justiça.

“Nós temos servidores, não sei dizer se em número insuficiente, mas muitos servidores em contrato temporário, por exemplo. Isso não definirá a qualidade do trabalho, mas se pensarmos em servidor bem remunerado, com uma estabilidade, que vai fazer a sua carreira no sistema socioeducativo, que vai poder se preparar, estudar”, pontua o Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), promotor de Justiça João Luiz Carvalho Botega.

Tanto medidas socioeducativas de meio aberto quanto de meio fechado exigem recursos financeiros. Porém, como cada meio é de responsabilidade distinta, ele também recebe, ou deveria receber, financiamento de uma divisão específica do governo; seja federal, estadual ou municipal.

“No meio aberto o governo do estado não tem cofinanciado, ou quando o faz é insuficiente, então os municípios acabam ficando sobrecarregados, tendo que tirar dos seus próprios recursos. No meio fechado, o cofinanciamento deveria vir da União, mas também não acontece. Ela cofinancia apenas algumas obras. O que custa mesmo para o estado é custear o serviço”, explica Botega.

No que diz respeito às dificuldades financeiras, o promotor afirma ainda que a discussão deveria ser mais voltada para o meio aberto. Segundo ele, a grande maioria dos adolescentes que estão em regime de semiliberdade ou internação passaram pelo meio aberto, porém, as medidas socioeducativas não foram devidamente aplicadas e não surtiram efeito. Dessa forma, o investimento no meio aberto resultaria em uma melhora na aplicação das medidas socioeducativas e reduziria a reincidência, reduzindo também o número de jovens no meio fechado.

Por conta das poucas unidades socioeducativas de meio fechado existentes em SC, muitos adolescentes acabam enfrentando uma outra dificuldade além da internação: a distância da família. Muitas vezes o CASE mais próximo pode estar a quilômetros de distância de casa. O adolescente então fica longe da família e recebe visitas com menos frequência. É o caso, por exemplo, do CASE de Joinville, que atende a todo o norte catarinense, ou seja, cerca de 1.212.997 habitantes, segundo o censo demográfico de 2010. Em um cenário ideal, o mais adequado seriam estruturas de médio porte, com cerca de 40 vagas, espalhadas em diversas áreas do estado.

O Sistema Socioeducativo

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê que o menor de 18 anos anos é inimputável, ou seja, incapaz de assumir plenas responsabilidades por algo, porém capaz de cometer ato infracional. Nesse caso, o jovem estará apto a receber uma medida socioeducativa, caso seja essa a decisão judicial. As medidas socioeducativas têm como objetivo a responsabilização e ressocialização do jovem, não apenas a punição.

O Sistema Socioeducativo é composto por dois meios: o aberto e o fechado. O sistema é aplicado a adolescentes entre 12 e 18 anos, porém há também alguns casos expressos em lei em que o Estatuto é aplicado a crimes cometidos por pessoas entre 18 e 21 anos.

O meio aberto se destina a menores que tenham praticado atos infracionais de menor grau, como pichações, furto, entre outros.

Nesses casos, algumas medidas socioeducativas aplicadas são a adver-

Faltam
recursos humanos,
financiamento e melhor
distribuição dos
Centros existentes



tência, a reparação do dano, a prestação de serviço e a liberdade assistida. A execução dessas medidas é de responsabilidade dos municípios e atualmente são encaminhadas aos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), financiados pela Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

De responsabilidade da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, o meio fechado é composto pelas medidas de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional e é voltado para adolescentes que cometeram atos infracionais como roubo, homicídio e latrocínio.

De acordo com a legislação e a doutrina infantojuvenil, o sistema socioeducativo começa já na ação da polícia e se estende até às equipes técnicas de cumprimento de medida. Ao serem apreendidos, os adolescentes são encaminhados à Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso, onde é realizada a abertura do inquérito. Então, conforme prevê o ECA e o Sinase, o adolescente poderá permanecer por no máximo cinco dias na delegacia, devendo ser encami-

nhado ao CASEP mais próximo à sua cidade. No CASEP, o adolescente cumprirá medida de internação provisória, onde permanecerá por no máximo 45 dias até receber sua sentença. Ao receber sentença de cumprimento de medida socioeducativa de internação, o adolescente é encaminhado a algum CASE, onde cumprirá sua medida pelo período mínimo de seis meses, e máximo de três anos, reavaliando-se no prazo de seis meses.

Os dados mais recentes quanto ao número de medidas cumpridas é de 2013 e vêm do Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo com previsão de vigência para o período 2015-2024. No ano analisado, 1.131 crianças e

adolescentes cumpriam medida de internação provisória, 457 estavam em condição de semiliberdade e 455 estavam em condição de internados em centros de atendimento. Em março de 2018, o DEASE traçou um perfil destes menores que cumprem medidas. Em Santa Catarina, eles são majoritariamente homens (96%), assim como no sistema nacional, em que representam 95% dos infratores. Aqui no estado, prevalece entre eles a etnia branca (60%), seguida da parda (30%) e da negra (9%) sendo o restante não informado. 31% deles têm 18 anos e, em sua maioria (61), possuem renda familiar média de um a dois salários mínimos. **Z**

Mudança: Sob o sol do meio dia, Leandro observa a pintura que simboliza seu bairro e que nasceu por causa dele. “E não é que ficou bonita mesmo?”

Além da culpabilização: uma forma não tradicional de Justiça

Ao lado da areia branca da praia, o colorido da Base Operacional da Polícia Militar de Santa Catarina, da Barra da Lagoa, chama atenção de quem passa. Na parede da construção, a pintura elaborada em 2017 por estudantes do Colégio Prefeito Acácio Garibaldi Santiago representa a comunidade local. Porém, nem sempre foi essa a cara do lugar. Durante o ano de 2015, o posto policial foi alvo constante de depredações e as paredes beges estavam cobertas por rabiscos.

O jovem Leandro, morador do bairro, lembra que estava sentado com os amigos e batucava com uma caneta hidrográfica na janela do posto quando foi abordado por uma dupla de policiais e questionado a respeito das pichações presentes na parede. O adolescente de 17 anos negou que tivesse qualquer relação com os desenhos, mas mesmo assim foi conduzido para a delegacia especializada. “Com a caneta na minha mão e a parede toda riscada, parecia que eu tinha riscado toda ela”, explica o jovem, hoje com 20 anos.

Leandro e a dupla de policiais, Sarita Rodrigues Inácio e Tiago Corrêa, se viram então participando de um método relativamente novo e não muito utilizado de resolução de conflitos: a Justiça Restaurativa (JR). A prática, até então desconhecida pelos policiais que estavam acostumados com as audiências tradicionais, visa lidar com as infrações colocando em destaque não apenas o ato infracional, mas também as necessidades dos envolvidos e a reparação do dano.

A Justiça Restaurativa acontece de forma voluntária e propõe, por meio de conversas entre os lados envolvidos, gerar reflexão sobre o motivo da transgressão, restabelecer os vínculos familiares e comunitários, recuperar a cidadania e reparar o dano gerado no conflito. A técnica pode ser aplicada em qualquer etapa do processo pelo qual o jovem que praticou o ato infracional está passando, visando a responsabilização e não a culpabilização do adolescente.

Após ser conduzido à delegacia, Leandro passou por uma audiência informal e um tempo depois foi chamado para uma segunda. Nessa última, membros do Núcleo de Justiça Restaurativa da Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) explicaram a prática da Jus-

tiça Restaurativa ao adolescente e perguntaram se ele estaria disposto a conversar com os policiais envolvidos.

Chegou então o momento de conversar com os policiais. Na redação que se propôs a apresentar aos colegas do colégio, na qual contava a experiência do seu primeiro boletim de ocorrência, Leandro relembra o encontro. “Uma moça nos chamou para entrar em uma sala. Logo de cara já fui vendo um ambiente que seria legal de estar e conversar”, escreveu. “Deram a ideia de que eu fizesse um desenho que representasse meu bairro e que pudesse botar no posto policial”, completou.

Inaugurado há quase sete anos, o Núcleo de Justiça Restaurativa geralmente atende adolescentes envolvidos pela primeira vez com o ato infracional. “O Núcleo oferece um espaço de trato diferenciado dos conflitos, em que a perspectiva é a de que o ato infracional é uma violação das relações entre seres humanos, e não meramente uma violação da lei. Assim, busca-se o acolhimento de todas as pessoas envolvidas naquele conflito”, explica Cristina Mulezini Gonçalves, coordenadora do Núcleo.

Para Leandro, a experiência ajudou a criar uma mentalidade mais consciente e a entender melhor o trabalho e a importância dos policiais. Para os PMs, a experiência foi única. A soldado Sarita, que inclusive fez capacitações na área da Justiça Restaurativa e dividiu a experiência com colegas da corporação, reflete sobre o encaminhamento dado ao caso. Após ter a oportunidade de conversar e esclarecer a situação com Leandro, os policiais perceberam que o jovem não era responsável pelas pichações e que a condução do processo nos meios tradicionais teria sido injusta. “Nós acreditamos que a JR seja uma maneira de resgatar a humanidade do ser humano. O jovem não assumiu a culpa pelas pichações, ele apenas foi um instrumento que, de forma pura, contribui para que seus colegas respeitassem aquele espaço”, explica a soldado.

E assim, tendo como uma das principais ferramentas a sensibilidade, a Justiça Restaurativa busca entender os motivos que levaram o adolescente a praticar o ato infracional e dessa forma interromper um ciclo de violência. Muitos dos atendidos pelo

núcleo não chegam a passar pelo promotor de Justiça ou ingressar no Sistema Judiciário. Os casos são encaminhados ao núcleo, é realizado o contato com o adolescente e, se ele concordar em participar, é pedida a suspensão do processo.

Em situações em que a Justiça Restaurativa é aplicada durante o cumprimento de medida socioeducativa, os integrantes do núcleo discutem os casos com os setores responsáveis. Se o adolescente estiver cumprindo medida em meio aberto, a discussão para definir como a situação será conduzida é feita com o Setor de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade; se for medida em meio fechado, a atuação restaurativa é facilitada por membros do CASE/CASEP.

No Centro de Atendimento Socioeducativo da Capital onde trabalha a psicóloga Rosa, por exemplo, há um projeto de implementação de Justiça Restaurativa. Em 2017, foram realizados na unidade círculos de convivência com os agentes da ala masculina; círculo de apoio a uma adolescente da ala feminina e círculo de progressão de medida de um adolescente da ala masculina. “Para o ano de 2018, a proposta é dar continuidade à realização dos círculos, em seus diversos modelos, de maneira sistemática a fim de que se adquira a cultura dessa prática na instituição”, explica a psicóloga.

Ao ser questionada sobre a relevância da prática com adolescentes que estão cumprindo alguma medida socioeducativa, Rosa explica que Justiça Restaurativa é uma proposta diferenciada. “Em especial no sistema socioeducativo, entendo que colocá-la em prática com os adolescentes em conflito com a lei seja um campo fértil e promissor, pois eles estão em uma etapa importante de desenvolvimento e ela proporciona o início de mudanças nos relacionamentos entre jovens e adultos da comunidade”, complementa a psicóloga. **Z**

“Medidas socioeducativas têm o objetivo de responsabilizar e ressocializar o jovem”

Denúncia de usuários contra Jotur continua sem resposta

Relatório sobre problemas nos ônibus foi entregue ao MPSC em janeiro

Superlotação, higiene precária, veículos irregulares, atraso no horário das linhas, bancos quebrados e passagens não condizentes com a situação do serviço ofertado. Essa é a realidade que muitos usuários do transporte coletivo da Jotur enfrentam diariamente ao utilizar os ônibus da empresa que opera na Grande Florianópolis. A situação motivou um relatório-denúncia, escrito em 2017 e entregue ao Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) em janeiro deste ano, para investigar as condições do transporte.

A Jotur foi fundada em 1970 e sua operação abrange linhas regulares nos municípios de Palhoça, São José, Biguaçu e Florianópolis. É a única empresa responsável pelo transporte público que atende cerca de 40 mil pessoas por dia.

Em 7 de julho de 2017, um ônibus articulado da empresa partiu ao meio durante trajeto na cidade de Palhoça, localizada na região de Florianópolis. Na ocasião, nenhum passageiro ficou ferido, mas começaram a surgir relatos, através de mobilizações nas redes sociais, de outros problemas que envolvem os veículos. O administrador Renato Gomes de Oliveira, usuário do transporte, criou uma página no Facebook que atualmente conta com 1.407 curtidas. Na página, são postadas denúncias diárias e reivindicações de melhorias para resolução de problemas nos veículos.

O que motivou Oliveira, inicialmente, foi o caso de 2017. "Fazia só quatro meses que eu morava na Palhoça e aquilo tudo já me indignou muito. Um dia depois, em 8 de julho, criei a página no Facebook chamada Movimento Popular Ônibus da Palhoça". Segundo ele, a ideia surgiu da necessidade de uma plataforma na qual várias pessoas pudessem compartilhar entre si observações e apontamentos dos problemas enfrentados no cotidiano durante o uso do transporte. A criação da página funcionou, cada vez mais pessoas se envolveram, e, a partir dela, nasceu uma pesquisa sobre as demandas e reclamações dos usuários do transporte público. O número de informações e denúncias feitas pelos passageiros tomou grande proporção, razão pela qual Oliveira percebeu a necessidade de criar um relatório detalhado sobre o assunto.

Usuária do transporte público, Helenice Correia conta que em 2017 um ônibus que estava lotado ficou sem freio após o eixo da parte articulada quebrar. "Eu estava na parte de trás do ônibus que ficou desgovernada, as pessoas começaram a gritar e cair dos bancos, algumas se machucaram e o motorista falava que não estava conseguindo frear." Após essa situação, ela passou a fazer vídeos e fotos sobre as condições dos ônibus para divulgar na internet. Assim como Oliveira, aderiu à causa e começou a participar do Movimento Ônibus da Palhoça e, juntos, montaram o relatório com as denúncias e reclamações que receberam da população.

O relatório-denúncia, que contém mais de 300 páginas, foi entregue ao Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), escrito a partir das pesquisas organizadas e realizadas por moradores da região e usuários do transporte. Esse documento aponta dados de más condições, como superlotação no transporte, falta de higiene, veículos quebrados, pneus carecas, atraso excessivo das linhas em relação aos horários pré-determinados pela empresa, entre outros problemas. Além disso, junto a documentos fotográficos, constata ônibus trafegando sem registro no Departamento de Transportes e Terminais (Deter), e questiona a situação da empresa diante da Justiça Federal, Justiça e INSS.

Esse relatório também analisa, através das pesquisas, as condições da empresa em assumir a rede de transportes e a regularização diante de um contrato de concessão pública, atualmente a empresa não atua sob concessão. Em nota, o Deter afirma que o procedimento está em fase de conclusão pela Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (Sudarf), e previsto para ser deflagrado apenas no segundo semestre deste ano.

De acordo com o site do Deter, estão entre as suas principais funções: fiscalizar o Serviço Público de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros, bem como qualquer tipo de transporte de massa a nível estadual; zelar pela segurança e bem estar dos usuários de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros; controlar a execução do Serviço Público de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros, delegado a empresas particulares sob a forma de

concessão ou autorização; projetar Terminais Rodoviários de Passageiros e Terminais Marítimos e Fluviais; e compartilhar as políticas metropolitanas e locais de transporte urbano com o planejamento integrado de desenvolvimento das respectivas áreas.

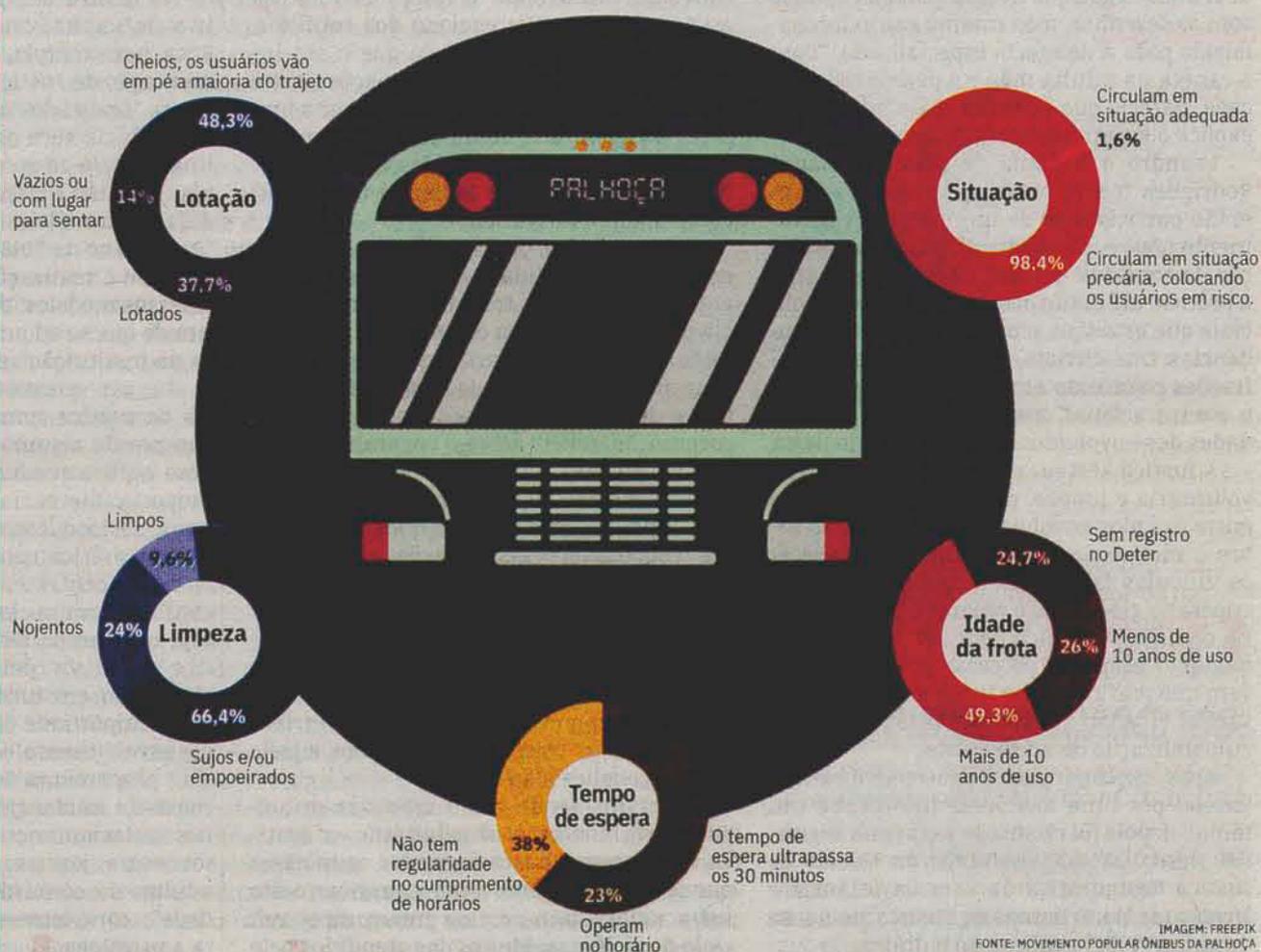
Com o levantamento feito pelos usuários, foram mapeadas 146 placas de uma frota da empresa, através de anotações manuais e registros fotográficos. Em consulta pelo aplicativo "Transporte Certo", do próprio Deter, a pesquisa apontou que 24,7% dos veículos não tinham registro no Departamento de Transportes e Terminais e 10,3% não estavam em conformidade com as regras necessárias para circulação. O aplicativo está disponível para celulares Android e pode ser utilizado via internet pelo site do Deter.

Os dados trazidos pelo relatório entregue ao MPSC, incluindo fotos e vídeos que mostram o que é dito e reivindicado pelos membros da mobilização popular, são críticos em muitos aspectos. Sobre a questão da manutenção, aponta que 57,1% dos ônibus precisam ser trocados e 41% necessitam de algum tipo de assistência para circular. Diante desse cenário, a qualidade do serviço, de acordo com relatos de grande parte dos usuários entrevistados, se demonstra incompatível com a tarifa intermunicipal de R\$ 6,00 cobrada por cada passagem.

O repórter do Jornal Zero, Willian Ferreira, utiliza os transportes da empresa Jotur todos os dias, e relata que a condição dos ônibus é preocupante. Ele conta que alguns veículos são muito antigos e que por diversas vezes encontra os assentos dos bancos soltos e os ônibus sujos.

A população está satisfeita com a Jotur?

A pesquisa do Movimento Popular Ônibus da Palhoça aponta uma série de problemas com a frota da empresa. Confira.





A superlotação é outro problema enfrentado diariamente para se deslocar à faculdade e voltar para casa. O estudante de Jornalismo, usuário da linha Palhoça – Florianópolis Paradora, gasta R\$ 6,00 por dia entre ida e volta. O tempo de espera entre um ônibus e outro varia de 15 a 45 minutos, dependendo dos horários de pico.

O cartão de empresa e cartão-estudante só pode ser recarregado uma única vez no mês, por isso, Ferreira precisa recarregar sempre R\$ 150,00 reais no cartão, “Se eu carreguei no dia 10 deste mês, apenas no dia 10 do próximo posso recarregar. Se acabam minhas passagens, daí tenho que pagar o valor cheio”. Portanto, quando falta crédito no cartão a pessoa precisa despendar um montante expressivamente maior para dirigir-se aos seus compromissos no dia seguinte. Caso Ferreira precise, por exemplo, pagar cinco dias de passagens com o valor integral, ele gastaria o equivalente a 20 refeições no Restaurante Universitário de sua faculdade. Isso se torna uma situação problemática para quem necessita do transporte urbano, tendo em vista o valor da passagem, a restrição quanto ao prazo de recarga e a quantia necessária para utilizar o ônibus pelo mês inteiro.

Denúncia ao Ministério Público

Segundo informações da Assessoria de Comunicação do Ministério Público de Santa Catarina, a promotora de Justiça, Cristina Luz Bertoni, da 6ª Promotoria da Comarca de Palhoça, instaurou no ano passado uma “notícia de fato” – processo de análise de fatos, para avaliar a necessidade de abrir um inquérito –, devido ao número de denúncias que recebeu. “Na época, a Dra. Cristina Luz solicitou informações para o Deter, Prefeitura de Palhoça e para a Jotur. Quando ela reuniu toda essa documentação, analisou, considerou que não tinha necessidade de se aprofundar mais na apuração e arquivou o procedimento”, informou a assessoria.

Após um pedido de recurso para que a situação fosse reavaliada, com a inclusão de novas provas e documentações, permaneceu a decisão do arquivamento. Com esse procedimento, conforme a lei, a promotora precisou encaminhar o processo para o Conselho Superior do Ministério Público. Nesse meio tempo, o Movimento Popular Ônibus da Palhoça entregou o relatório-denúncia ao Conselho Superior com as reclamações recolhidas e investigadas ao longo de cinco meses, que, então, decidiu reabrir o processo, e o retornou à 6ª Promotoria da Comarca de Palhoça.

O que diz o Ministério Público

A 6ª Promotoria disse estar analisando novamente todos os documentos e, segundo assessoria de imprensa, a promotora Bertoni, pretende, em breve, se reunir com a Jotur para propor um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) – acordo extrajudicial para regularização dos ônibus da empresa a respeito dos documentos apresentados. Ainda de acordo com a assessoria, as denúncias referentes à falta de licitação dos ônibus da empresa estão sob responsabilidade da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Palhoça, responsável pela Área da Moralidade Administrativa, onde há um inquérito civil tramitando. Datas e prazos não foram especificados.

Posicionamento da Jotur

Para ouvir o seu posicionamento a respeito das denúncias e reclamações dos usuários do transporte coletivo, a empresa Jotur foi procurada pelo Jornal Zero. Após duas semanas de contato e solicitações, seis envios de e-mails e telefonemas, não houve respostas até o fechamento desta edição.

Indignação dos usuários

“É uma vergonha, você entra no ônibus logo de manhã cedo e eles estão com mau cheiro”, relata Elisete Arruda, moradora da Palhoça e professora no ensino público em Florianópolis. Ela conta que diariamente enfrenta problemas ao utilizar o transporte, como goteiras e ônibus superlotados. Em uma ocasião, ao tentar desembarcar de um ônibus lotado que estava chegando no Terminal Central de Florianópolis (Ticen), no final do ano de 2016, Arruda ficou com o pé preso na porta em que todos tentavam sair. Ela compareceu a uma audiência para resolver o assunto com a empresa, mas conta que nada foi feito. Até hoje sente dores no pé que ficou prensado pela porta. “Esses dias eu também estava em um ônibus e a roda soltou”, relembra a professora.

Ainda sem respostas, o Movimento pretende se reunir com a 2ª Promotoria em mais uma tentativa para resolver o problema. Oliveira e Correia se prontificaram em comparecer a tal reunião. “Acabamos nos sentindo impotentes perante essa situação. Para quem paga R\$ 6,00 e passa pelo que passamos, queremos o mínimo de dignidade, alguma coisa tem que ser feita”, declara Correia. “A gente percebe a inércia do poder público, a inércia da prefeitura e dos vereadores. É complicado”, acrescenta. **Z**

“A gente percebe a inércia do poder público, a inércia da prefeitura e dos vereadores. É complicado”

Denúncia: Além de bancos soltos, rachaduras, ferrugem e portas quebradas, usuários apontam que os ônibus circulam superlotados com goteiras e mau cheiro

Como fazer uma denúncia no MP

Alguns exemplos de denúncias ao Ministério Público são atos que envolvem má aplicação de recursos públicos, abuso contra os direitos do consumidor, danos ao meio ambiente, inexistência de acessibilidade em ambientes públicos, privados ou de uso coletivo e outros.

É necessário reunir o maior número de informações possíveis, para que o órgão público possa identificar e apurar os fatos. Podem ser enviadas por diferentes maneiras:

Formulário eletrônico: É o meio preferencial e de retorno mais rápido. Acesse a página: mpsc.mp.br/ouvidoria/cadastro-de-manifestacoes;

Via postal: mediante correspondência endereçada à Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MPSC). Rua Bocaiúva, 1.750 – 2º andar – Sala 208 – Centro – Florianópolis, SC – CEP 88015-904;

Endereço eletrônico: envie um e-mail para ouvidoria@mpsc.mp.br;

Pessoalmente: No mesmo endereço via postal, nos horários das 9h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30;

Por telefone: ligue 127 ou (48) 3229-9306, nos horários das 9h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30;

Ao efetuar uma denúncia no Ministério Público, é gerado um número de protocolo. As informações sobre os fatos são analisadas e caso haja elementos que evidenciem a necessidade de apuração, as denúncias são encaminhadas, geralmente, a uma Promotoria de Justiça.

O cidadão pode ligar para (48) 3229-9306 (horários das 9h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30) e obter informações sobre o andamento da sua denúncia.

Saúde mental em risco: “vida de universitário é assim mesmo”

Ansiedade, pânico e depressão tornaram-se cada vez mais frequentes entre os estudantes

A aprovação no vestibular pode ser uma das melhores notícias na vida de um estudante. Foi assim com Maurício*, de 20 anos, que ingressou na graduação da UFSC em 2016. Enfrentando depressão e após uma tentativa de suicídio, encontrou ânimo na qualidade do ensino e dos professores. No entanto, à medida que avançava de fase, o ânimo se dissipou dando lugar a noites em claro a fim de atender às exigências acadêmicas. Cobranças desmedidas, prazos curtos, matérias sem perspectivas, aspectos considerados normais pelos professores e muitas vezes vistos pelos estudantes como necessários.

Ninguém está livre de desenvolver transtornos psicológicos. As exigências nos estudos, o início da carreira profissional, as incertezas da vida adulta e a vida pessoal parecem difíceis de se conciliar e os desafios se tornam dúvidas. É comum que professores e até mesmo colegas passem a acreditar na naturalização desses problemas devido às responsabilidades e à grande carga de estresse existente nesse período da vida. Porém, essa naturalização pode ser arriscada. “Somos pessoas diferentes, reagimos de maneiras diferentes às situações, temos nossas histórias de vida e a maneira como cada um lida com os acontecimentos varia de pessoa para pessoa”, explica Carla Schubel Sengl, psicóloga do Serviço de Atenção Psicológica (SAPSI), na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Os problemas psicológicos são por muitas vezes associados com fraqueza. De acordo com a psicóloga, é comum estudantes considerarem estar com algum problema quando cogitam ajuda psicológica. “Faz parte você se estressar, você se dedicar para dar o melhor para passar de fase, mas tem que ver no que isso repercute na sua saúde física, na sua saúde emocional”. Um pouco de estresse, dificuldade, é até normal. “Mas se você percebe que alguém se sente extremamente paralisado pelo medo, pela cobrança, então já deixou de ser natural. Por que muitas pessoas cometem suicídio no final do semestre? Porque talvez não encontraram um espaço para demonstrar que elas não estavam legais e ninguém percebeu”.

“Não tem muito jeito, não. Vida de universitário é assim mesmo”. Essa foi a conclusão de uma reportagem exibida em julho de 2017, na qual o estudante Maurício foi entrevistado sobre a alta demanda de trabalhos do curso. A tentativa de suicídio veio em dezembro de 2017, ao final da terceira fase, quando o nível de estresse se somou à doença. Depois de ficar uma semana internado, poucos professores demonstraram preocupação, mantendo as cobranças e prazos. “Dentro do curso, todo mundo sempre fala sobre isso, mas

infelizmente é tão comum que ninguém dá a devida importância”. Maurício recebeu atendimento psicológico pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e atualmente é atendido pelo SAPSI.

De acordo com a Agenda Estratégica de Prevenção ao Suicídio do Ministério da Saúde, lançado em 2017, o suicídio é a segunda maior causa de morte entre pessoas de 15 a 29 anos no mundo. No Brasil, anualmente cerca de 11 mil pessoas tiram a própria vida, sendo 23% concentrados na região Sul. Outra situação preocupante é o aumento do número de mortes causadas por suicídio nos últimos anos: 10.490 registradas em 2011 passando para 11.736, em 2015. O suicídio não está necessariamente relacionado a doenças mentais, mas a momentos críticos que podem ser superados. Segundo o Centro de Valorização da Vida (CVV), os riscos de morte por suicídio diminuem quando as pessoas recebem auxílio.

Preocupação universitária

Dentro da UFSC, o SAPSI oferece diferentes tipos de atendimentos psicológicos para a comunidade. Em 2017, foram realizados 797 atendimentos para alunos de graduação e pós-graduação e para a comunidade externa. São oferecidos serviços de acolhimento psicológico de urgência e de acompanhamento de psicoterapia individual para crianças e adultos. Em 2018, até o início de abril, o número de atendimentos já chegava a 182, com procura maior entre alunos de graduação. Conforme Sengl, os principais períodos de busca por auxílio do setor se dão no final de semestre, durante o período de avaliações finais, entrega de trabalhos e apresentação de trabalhos de conclusão de curso; mas também no início do semestre, principalmente no mês de janeiro. A busca logo no começo do ano se

porque os professores afirmam não saberem lidar com as situações emocionais. Em relação aos alunos, então, o despreparo é ainda maior, pois algumas vezes os colegas de alunos com problemas desta natureza os veem como que atrapalhando o bom andamento das atividades escolares”.

Apoio

O alto nível de estresse e ansiedade em sala de aula chamou a atenção do professor Hector Bessa Silveira desde o seu ingresso, em 2010, no Departamento de Automação e Sistemas da UFSC. Percebendo a inexistência de auxílio psicológico, recorreu ao Projeto Amanhecer, oferecido pelo Hospital Universitário (HU). A proposta era criar um programa direcionado aos estudantes a fim de desenvolver práticas de atenção plena, termo científico para meditação, além de práticas complementares, voltadas para o aprimoramento da concentração e redução da ansiedade. Mesmo antes de ser concretizada, a ideia provocou interesse em grande parte dos estudantes.

Desde 2015, o programa é oferecido para turmas abertas à comunidade no Projeto Amanhecer e, devido à ampla procura, a partir do final de 2017 o programa também passou a ser ofertado no Centro Tecnológico da UFSC (CTC), levando o nome #EngenhariaConcentraçãoAnsiedade. Em encontros semanais, são introduzidas práticas diferentes de atenção plena. “O que nos leva a estados perturbadores de ansiedade é basicamente o surgimento de um pensamento sobre o futuro, a gente se envolve com esse pensamento, vem então logo um outro”, explica Silveira. Esse envolvimento impede que as pessoas tenham um intervalo de tempo para refletir e responder aos estímulos com inteligência e discernimento. A partir disso, o princípio central das práticas é cultivar o estado de relaxamento e aprimorar a estabilidade da concentração. Integrando esses dois fatores, a pessoa consegue manter o foco elevado por um longo período de tempo e não responde de forma automática e impulsiva quando surgem estímulos externos.

Os benefícios relatados pelos participantes vão de um melhor desempenho nas provas e na realização de trabalhos até melhoria nas relações com amigos, familiares e orientadores. Para a estudante de Engenharia de Controle e Automação, Amanda Furtado Brinhosa, de 21 anos, falar sobre sentimentos é um tabu dentro do CTC, tanto entre colegas de turmas quanto com os professores. A estudante, que sempre sofreu com ansiedade, viu sua situação se agravar devido a um problema de saúde que a obrigou a fazer uso de medicamentos. As provas se tornaram um martírio, tinha dificuldade para se concentrar e a insegurança a impedia de pedir ajuda. Com apoio de familiares e amigos a estudante começou a buscar alternativas. “Descobri colegas que estavam depressivos, péssimos de saúde e creio que foi um alívio para eles, como foi para mim, poder ter uma alternativa”, relata. Depois de participar dos encontros, a qualidade de vida de Furtado melhorou e as notas na faculdade subiram.

“Se você percebe que alguém se sente extremamente paralisado pela cobrança, então já deixou de ser natural”

justifica pela insegurança com o curso escolhido, o desejo de voltar para sua família e até mesmo os conflitos que vêm à tona durante as comemorações de final de ano.

A preocupação com a saúde mental dos estudantes já fez com que coordenadores de cursos da UFSC procurassem orientação do SAPSI para conseguir lidar de maneira mais segura com o tema. Entre eles está Carlos Zanetti, coordenador dos cursos de Ciências Biológicas presenciais. “Muitos casos relativamente simples são encaminhados para resolução na coordenação

* Nome fictício para preservar a identidade do entrevistado



Dramatização: técnica utilizada para trazer à tona desavenças familiares. É também uma das terapias oferecidas pelo projeto Amanhecer, do Hospital Universitário

Práticas integrativas

Do outro lado da universidade, no centro de Filosofia e Ciências Humanas, Rosete Miranda Cruz, de 58 anos voltou para as salas de aula depois de 30 anos distante. Cruz, hoje estudante de Filosofia, encontrou no convívio e acolhimento dos colegas mais jovens uma terapia diária. No entanto, teve resistência ao explicar sua situação para os professores. “Teve um professor que encheu a gente de material, tinha muita coisa para estudar. Eu fiquei estudando, estudando, estudando, e não fui dando conta. Comecei a entrar em pânico. Você sente tudo, falta de ar, dor no peito, não consegue respirar, uma série de coisas”. Com medo de um infarto, foi levada ao médico por familiares. O susto foi, na verdade, uma crise de pânico.

Segundo a orientação da psicóloga Sengl, a primeira tarefa a ser feita é entender as próprias emoções. Sentimentos de raiva, medo e tristeza são recorrentes e naturais. O essencial é reconhecer quando essas situações comprometem o relacionamento com outras pessoas. Por outro lado, é importante também prestar a atenção nas pessoas que nos rodeiam. “É bom estar atento. Se você observar que a pessoa está visivelmente abatida, demonstrando que está se isolando, não fala com ninguém, sempre cabisbaixo, ou aquela pessoa que está muito eufórica, além do que já conhecia, não custa nada perguntar ‘como que você está?’, isso é empatia”.

A aluna Cruz sempre deu conta de tudo. Até que um dia, uma sensação de pânico extremo a paralisou: o medo a fez abandonar a carreira de design de interiores. Não queria mais sair de casa, não via perspectiva em participar da vida em geral. O diagnóstico de bipolaridade — transtorno que se alterna entre os níveis de depressão e euforia — veio três anos após recorrer a diversos profissionais. Ela explica que ninguém entende o que é ter uma depressão. “Quando se tem depressão, você está doente e você adocece a família toda, porque eles não sabem lidar com isso”. E acrescenta: “Você espera a reação de um amigo que talvez possa te ajudar naquele dia que você está precisando, mas ele não te dá um retorno. É uma doença invisível, a sociedade não quer ver”.

Por incentivo de uma das filhas, iniciou um acompanhamento com uma psicóloga do projeto Amanhecer. Criado em 1996 pela enfermeira Beatriz Beduschi Capella, a iniciativa conta com práticas individuais, em sua maioria direcionadas à comunidade da UFSC e desde 2004 atende também a comunidade externa. A cada bimestre são abertas inscrições presenciais. Cruz já participa há cinco anos do projeto e a cada dois meses acorda de madrugada para ir até a sede para conseguir uma senha e escolher entre as práticas disponíveis.

As atividades vão desde as mais tradicionais, como psicoterapia e massoterapia, até as mais alternativas, como reiki, ioga, dança e apometria, que utiliza a arte como base do processo terapêutico. A disponibilidade de vagas varia de acordo com o bimestre, uma vez que algumas práticas precisam se estender por mais de dois meses. “Eu tive dois anos seguidos a mesma terapeuta, ela abriu mão de eu ter que entrar de novo na fila e deu continuidade ao trabalho”, lembra Cruz. Todos os profissionais que ministram as práticas são voluntários. De acordo com Juliana Moura, de 31 anos, secretária do projeto, há uma grande procura também por parte dos profissionais interessados em voluntariar. Somente em 2017, foram realizados mais de 3,5 mil atendimentos individuais, tendo a psicoterapia como maior oferta: 1,3 mil atendimentos. No primeiro bimestre de 2018, foram ocupadas 265 vagas em terapias individuais e aproximadamente 300 vagas em terapia em grupo.

Sengl, psicóloga do SAPSI, alerta que o estado físico e social das pessoas pode ser afetado conforme elas lidam com agentes estressores, por isso a necessidade de procurar por válvulas de escape, aqueles momentos em que as pessoas recorrem a atividades prazerosas e cuidam da própria saúde mental. “A busca espontânea por alternativas coloca a pessoa em uma postura ativa a frente de sua melhora”.

“Adoece a família toda, porque eles não sabem como lidar com isso. É uma doença invisível, a sociedade não quer ver”

afirma a psicóloga. Por isso, a definição das práticas como “integrativas e complementares” são para não gerar bloqueios em parte do público, que pode associar o termo “terapia alternativa” com questões religiosas e místicas. Integrativas no sentido de ver o indivíduo como um todo, levando em consideração fatores biológicos, psíquicos, sociais e espirituais, uma pessoa com sonhos e expectativas. E complementar, porque as práticas se somam à terapêutica médica e também ao tratamento psicológico. **Z**



Entre em contato:

Centro de Valorização à Vida (CVV)
Ligue: 188
www.cvv.org.br

Serviço de Atenção Psicológica (SAPSI)
Ligue: (48) 3721-9402
sapsi.paginas.ufsc.br

Projeto Amanhecer (HU)
Ligue: (48) 3721-8055
www.hu.ufsc.br/setores/projeto-amanhecer

Cidadãos se mobilizam em prol da causa animal

Redes sociais servem como aliadas de protetores e voluntários na busca por doações

A Grande Florianópolis enfrenta um grave problema com animais abandonados e perdidos que acabam nas ruas, embora não existam levantamentos precisos a respeito da situação. Eles sofrem com a falta de condições básicas de sobrevivência, como água e comida, além de não serem vacinados e castrados, e alguns ainda são maltratados pela população.

Na tentativa de amenizar essa situação, além das ONGs voltadas à causa, que contam muitas vezes com doações para se manter e fornecer os cuidados necessários aos animais resgatados, cidadãos vêm se mobilizando por conta própria para conseguir lares, vacinas, castrações e exames. Nem todos têm condições de acolher e permanecer com vários deles em suas residências, mas há casos que demonstram que é possível contribuir de outras formas e, para isso, contar com a ajuda de grandes aliadas da atualidade: as redes sociais.

É o caso de Vanessa Broering, de 25 anos, uma entre tantas pessoas que se dedicam aos animais de rua como protetora. “Não é necessário ser protetor para salvar uma vida”, diz. Para ela, protetores de animais são pessoas comuns e amantes dos animais, não necessariamente filiadas a ONGs. “Precisamos cada vez mais de pessoas associadas à causa, basta ter força de vontade”, enfatiza.

Broering já acolheu cerca de 140 animais para adoção em sua casa e, atualmente, abriga oito. São muitos os casos marcantes de resgate que vivenciou, como o do cão Bartolomeu, de 12 anos, encontrado ferido em uma rodovia de tráfego intenso. Seus machucados foram superficiais e o cachorro viveu por cinco meses em hospedagem, à espera de uma família.

As hospedagens, usadas também por donos que precisam passar algum tempo fora de casa, são locais pagos em que os animais ficam abrigados temporariamente. Alguns bichos abandonados acabam por permanecer nesses lugares, tendo em vista a dificuldade na hora da doação ou de se conseguir lares temporários.

Para os protetores, as redes sociais são, na maioria das vezes, as principais aliadas na causa animal. Através delas, é possível conseguir ajuda para tratamentos, divulgação de animais perdidos e apoio de simpatizantes da causa. Broering, que utiliza sua conta no Facebook somente para a causa animal, afirma que já abriu mão de muitas coisas e momentos para ajudá-los, mas que não se arrepende. “Antes de comprar qualquer coisa para mim, sempre penso nos animaizinhos”, pondera. Com o grande número de animais abandonados e de pedidos de resgate, ela direciona sua ajuda aos que estão doentes ou que correm risco de morte.

Celso Marques, de 33 anos, que também é protetor, já acolheu sete cachorros abandonados. “Eu tenho uma escolinha de futebol e, um dia, um desses sete veio e ficou embaixo da mesa enquanto eu dava aula. Quando terminou e eu ia embora,

ele me seguiu. Eu abri a porta do carro, ele pulou, sentou no banco do carona e me olhou como quem diz: ‘vamos embora’. Aí, não tive como não levá-lo. Dei a ele o nome de Malasartes.” Através da internet e da mobilização das pessoas em grupos de compartilhamento, Marques conseguiu doações no valor de R\$ 100,00 para dar vacinas ao novo companheiro.

Engajada na causa há muito tempo, Simone Bonis, de 41 anos, já perdeu as contas de quantos animais acolheu, entre ninhadas inteiras e pedidos de ajuda por aplicativos de mensagens. “Sabem que sou mole quando se trata de animais. Por isso, sempre acabo resgatando”, afirma a protetora. Os resgates são dramáticos, pois, na maioria das vezes, os animais estão doentes ou se encontram debilitados por conta do descaso e abandono. Esse aspecto dificulta o acolhimento, porque, ao serem resgatados, são necessários atendimentos veterinários e internações em clínicas. Neste momento, Bonis cuida de 22 animais: 12 em casa, cinco em outra residência e mais cinco em hospedagens de cães e gatos. Para pagar os custos da hospedagem, ela obtém ajuda de “madrinhas” que colaboram mensalmente.

“No meu caso, especificamente, há muitas pessoas do bem que veem uma publicação de algum protetor pedindo ajuda, se sensibilizam e acabam ajudando”, conta Bonis. Ela ainda ressalta que é

“Não é necessário ser protetor para salvar uma vida”

importante atualizar as informações sobre o estado de saúde do animal e o envio de notas fiscais, de comprovantes e os contatos das clínicas, como forma de prestar contas às pessoas que deram assistência financeira. “Ao comprovarem o caso e observarem a seriedade e o engajamento de quem pede ajuda, mais colaboradores se sentem seguros para fazer doações.”

Além dos protetores, há os adotantes desses animais. É o caso de Camila Varaschin, de 36 anos, que ao longo de sua vida já acolheu cerca de 40 animais em situações de abandono, maus-tratos ou doentes. Uma das adotadas foi Magrela, cujas cicatrizes de mordidas pelo corpo relembram que o abandono veio após não servir mais para a caça de javalis. A vira-lata apareceu com outros três cachorros, que também foram adotados pela vizinhança. “Ela estava raquítica, mas, apesar da desconfiança, era amorosa com a gente”, afirma a dona. Grande e atrapalhada, Magrela hoje é castrada, vacinada, tem a sua própria casinha e mora com outros 19 “irmãos”, entre eles 13 gatos e seis cachorros. “Continua desengonçada, mas é pura fofura”, diz Varaschin.

Em 2011, quando era voluntária da ONG Amigo do Bicho, em Vacaria (RS), Varaschin deu banho em 15 animais para levá-los a uma feira de adoção da cidade. Maria Antônia, outra vira-lata adotada por ela, estava entre eles. “Me apaixonei por ela, mas a intenção era arrumar um lar, mesmo”, conta. Ao final da feira, Maria Antônia era a única que havia sobrado nas baias, estava com diarreia e expelia pus pelos olhos — mais tarde, foi diagnosticada com cinomose. Foram meses de tratamento até a recuperação total da filhote. “Lembro que ela dormia em pé, encostada na parede, provavelmente porque a ONG estava lotada e ela não conseguia se acomodar para dormir. Hoje, tem seis anos”. Varaschin relata que adotou os animais que tiveram tratamentos mais longos e foram inicialmente rejeitados pela sociedade. “Hoje, todo mundo acha bonito e tem interesse neles.”

Uma causa de todos

Broering, Marques, Bonis e Varaschin acreditam que o número expressivo de animais abandonados nas ruas de Florianópolis é consequência da falta de humanidade e respeito das pessoas para com os bichos. Eles também concordam que, se cada pessoa colaborasse, haveria menos animais nessa situação. “É importante destacar, ainda, uma ressalva: quem ama, castra. Por isso, sempre peço que às pessoas ajudem a castrar os animais de rua e das comunidades carentes”, ressalta Broering.

O único órgão público responsável por animais atuando hoje é a Diretoria de Bem-Estar Animal (DIBEA), mas somente para a execução das políticas públicas de proteção, defesa, saúde, bem-estar e controle populacional dos animais domésticos do município de Florianópolis. A responsabilidade pelo resgate e pelos cuidados dos animais abandonados acabam ficando com as ONGs, com os projetos, protetores e voluntários.

A DIBEA disponibiliza atendimento veterinário ambulatorial e castração gratuitos. O espaço, que tem capacidade para apenas 140 animais (entre cães e gatos), atua constantemente no limite das vagas. Atende denúncias de maus-tratos mediante Boletim de Ocorrência (B.O.) e resgata animais atropelados em vias públicas nos casos graves, como o de fratura exposta. Com o B.O. em mãos, é preciso solicitar à própria delegacia em que foi feito que encaminhe a denúncia. Uma vez comprovado o crime, uma equipe de resgate vai até o local, acompanhada de médicos veterinários e policiais civis ou militares. Os animais resgatados são encaminhados ao Canil Municipal, onde são cuidados, castrados e entram no programa de adoção. O responsável pelo animal responde na Justiça pelos maus-tratos.

Um lugar chamado Cãodomínio

Vanessa Gevaerd, de 36 anos, conta que, ao se mudar para um novo bairro da Grande Florianópolis, há oito anos, percebeu que havia muitos animais abandonados pelas ruas onde transitava e passou a alimentá-los. No início, improvisava abrigos em terrenos baldios até que, um dia, percebeu que

Leia mais sobre a importância da plaquinha de identificação em medium.com/@zeroufsc



alguém havia construído duas casas para assistir os cães. Foi através de uma publicação no Facebook que ela conheceu Daiana, outra moradora de seu bairro que também se preocupava com a causa. Ela era a responsável pela criação dos abrigos, com quem iniciou amizade a partir de então.

Hoje, o grupo de voluntárias é constituído por quatro mulheres que alimentam, cuidam, castram e vacinam os quase 40 animais que vivem pelas ruas do bairro em que vivem. Cada um possui uma casinha própria, em local chamado de Cãodomínio. O trabalho é feito através de revezamento, em que a voluntária responsável por cada dia da semana faz uma espécie de tour, para distribuir comida, limpar as casinhas, medicar e verificar a condição dos cães. “Aos domingos eu faço

um panelão de arroz com carne para todos e saio distribuindo, para ficarem mais fortinhos”, conta Gevaerd.

Uma das voluntárias é responsável pelo gerenciamento da página que o grupo criou no Facebook, chamada Cães do Cãodomínio, que tem como objetivo pedir ajuda e divulgar fotos dos animais para facilitar a adoção responsável. É possível também, através da página, acompanhar o andamento de casos apresentados e entrar em contato para prestar ajuda.

De acordo com Gevaerd, são necessários cerca de 10 kg de ração por dia para alimentar os cães, além dos gastos fixos com outras despesas, como as hospedagens para cães doentes e idosos, que ficam em torno de R\$ 1,3 mil mensais. Por meio das redes sociais, o grupo pede doações de

ração, medicamentos e apoio financeiro para pagar consultas em veterinários, castração, exames e vacinação, por exemplo.

Além do perigo que os cães passam na rua, são abandonados cada vez mais animais pelo bairro — muitas vezes, ninhadas inteiras. Assim, as despesas tendem a aumentar, tal como o desgaste das voluntárias com a situação. Outro meio que elas utilizam para conseguir recursos é através da realização de rifas, que também são divulgadas pelas redes sociais. Entretanto, Gevaerd ressalta que há pouca ajuda, e os gastos são maiores do que as contribuições recebidas. “Muitas vezes, imploramos e não ganhamos nada”. Diz ainda que, em diversos momentos, é necessário deixar de comprar algo para a própria família para ter como assistir os cães. **Z**

À esquerda: Camila Varaschin já acolheu cerca de 40 animais, incluindo Magrela.

Ao centro: Na DIBEA os cerca de 140 animais, que se recuperam de maus-tratos ou acidentes, aguardam pela adoção responsável.

À direita: Em um dos pontos do Cãodomínio, os vizinhos Idosinho e Preta passam o dia juntos.

De tampinha em tampinha

O projeto social Ecopet conta com a participação da comunidade e coleta tampas plásticas para financiar castração de animais de rua ou de famílias de baixa renda

Em uma cesta de vime, em cima da máquina de lavar, as tampinhas plásticas formam um amontoado colorido em meio às roupas, toalhas e produtos de limpeza na pequena lavanderia. Para a maioria das pessoas, pode parecer que a família de Cíntia Uller está acumulando lixo. Na verdade, os moradores da casa, do bairro Rio Vermelho, em Florianópolis, colaboram com uma iniciativa de castração social.

Iniciado em abril de 2017, o Projeto Ecopet é mais uma forma de auxiliar cães e gatos. Por meio da venda de tampinhas plásticas arrecadadas, ele financia a castração de animais de rua, resgatados ou de famílias de baixa renda dos municípios de Florianópolis, São José, Biguaçu e Palhoça.

Atualmente com 20 voluntárias, a iniciativa surgiu inspirada no projeto Engenharia Solidária, de Caxias do Sul, que recolhe tampas plásticas com objetivo de ajudar ONGs que atendem pessoas e animais em situação de risco. A ideia de custear as castrações com o dinheiro arrecadado surgiu porque as idealizadoras da Ecopet, Ana Pacheco, Natália Nardi e Isis Santiago, acreditam que a melhor maneira de reduzir o abandono de animais é diminuindo a reprodução descontrolada.

Para manter sua independência, o projeto não conta com auxílio governamental e arrecada, em média, R\$ 3.500 por mês. O quilo do material arrecadado é vendido a mais ou menos um real e, em um ano de atividades, já foram custeadas as castrações de cerca de 200 animais. “Nossa maior dificuldade hoje é com armazenamento e logística, mas também precisamos de voluntários para coletar e separar as tampinhas”, relata Pacheco, uma das idealizadoras.

Com a iniciativa, cerca de 200 postos de coleta estão espalhados nas quatro cidades contempladas. As tampinhas são levadas para os postos por famílias e pessoas que se interessam pela causa. Após o recolhimento, elas são separadas por cores e tamanhos para melhor aproveitamento e agregação de valor na venda por quilo.

Só então todas as tampinhas são vendidas para uma empresa de reciclagem onde se transformarão em matéria-prima.

“Coletamos tampinhas por causa do material polipropileno, que tem um melhor valor de mercado do que a garrafa PET, e também pelo volume [menor], armazenamento. Por ser um material mais limpo se torna mais fácil comercializar e coletar”, explica Pacheco.

O projeto aceita todas as tampas produzidas em polipropileno, plástico polimerizado a partir dos gás propileno, e em polietileno (PE). Além das típicas tampas de garrafas PET, também são recolhidas as de requeijão, amaciante, creme dental, caixa de leite, caixa de suco, água sanitária, detergente de louça, shampoo, remédio, sorvete, maionese, café, nescau, entre outras. Garrafas PETs e outras embalagens não são aceitas, apenas tampinhas.

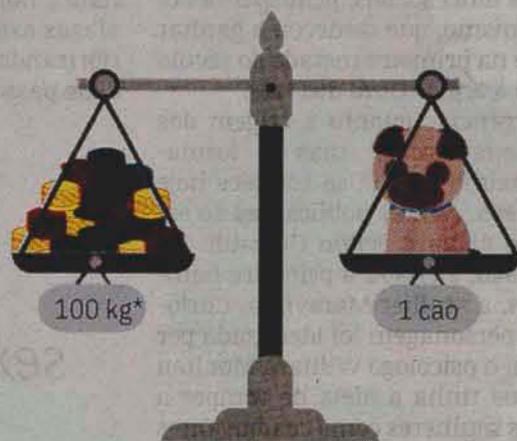
O consultório veterinário Bicho de Rua, no bairro Rio Vermelho, participa da iniciativa por meio de divulgação e sendo um ponto de coleta. Atualmente, o espaço recebe material de cerca de 30 pessoas, desde crianças que trazem umas poucas tampinhas no bolso até adultos que entregam milhares já separadas por cores. A médica veterinária responsável, Giovanna Giovannette, conheceu o projeto por meio das redes sociais, e da idealizadora Pacheco, e hoje incentiva a participação da comunidade. “Iniciativas como essa são bem vindas pois viram ‘febre’, ou seja, mais ideias surgirão. Sabemos que estamos fazendo o papel dos governantes do nosso país, mas os maiores beneficiários serão os animais e o meio ambiente”, afirma.

Para castrar o gato ou o cachorro, a família interessada deve entrar em contato com o projeto e responder algumas perguntas para comprovar a renda. Caso o animal a ser castrado seja de raça, é preciso que ele tenha sido resgatado.

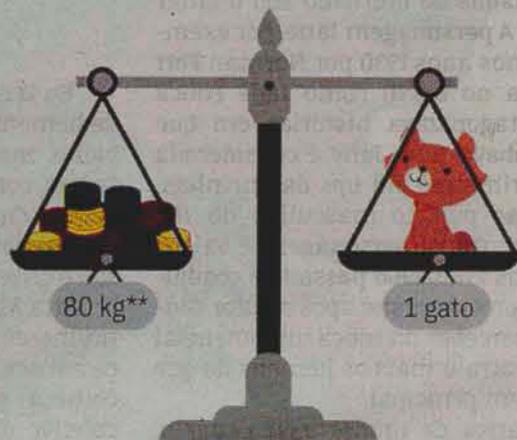
Além de atender aos animais, o Projeto Ecopet também busca contribuir com a preservação do meio ambiente ao retirar o plástico das ruas e praias. **Z**

Afinal, quantas tampinhas são necessárias para castrar um animalzinho?

Para realizar o cálculo, foram usadas como base tampinhas de garrafas pet de água, pesando cerca de 2,85 gramas cada.



*35 mil tampinhas



**28 mil tampinhas

Se contabilizarmos 200 animais castrados, sendo 100 cachorros e 100 gatos, temos em média 18 toneladas de tampas arrecadadas, que representam 6,3 milhões de unidades.

IMAGENS: FREPIK E ISTOCK
FONTE: ECOPEP

Quadrinistas lutam contra sexismo no universo das HQs

Super-heroínas feministas ganham vida em produções de coletivos independentes

A maneira como as mulheres são representadas em diferentes produções audiovisuais e publicações impressas vem gerando debates e protestos cada vez mais frequentes. No universo das histórias em quadrinhos não é diferente e quase 80 anos depois da criação da primeira super-heroína das HQs, há muito traço torto a ser corrigido quando o assunto é representatividade feminina.

Em busca de novas abordagens e enfrentando o machismo também nesse mercado, mulheres quadrinistas têm formado coletivos e encontrado em suas iniciativas independentes espaço para criar, roteirizar e desenhar heroínas. O intuito é abraçar um público que até então se sentia excluído pela indústria de *comic books*, além de encontrar inspiração e referência em outras artistas.

Ainda que os quadrinhos tenham uma origem subversiva, muitos reproduzem estereótipos de gênero, perpetuando imagens de mulheres submissas ao homem. Em contrapartida, o movimento para mudar esta representação da mulher criou raízes junto às lutas sociais, principalmente com o feminismo, que começou a ganhar notoriedade na primeira metade do século XX, durante a Era de Ouro das HQs.

Há divergências quanto à origem dos primeiros quadrinhos, mas o formato mais próximo do que se conhece hoje surgiu em 1895, com as publicações do estadunidense Richard Felton Outcault. Na década de 1940, é criada a primeira heroína das HQs, a Mulher Maravilha. Curiosamente, a personagem foi idealizada por um homem, o psicólogo William Moulton Marston, que tinha a ideia de romper a imagem das mulheres como coadjuvantes ingênuas e indefesas, nas mãos de vilões ou heróis salvadores.

Muitas protagonistas femininas surgiram atreladas ao erotismo sob o olhar masculino. A personagem Jane, por exemplo, criada nos anos 1930 por Norman Pett e conhecida no Brasil como Jane Pouca Roupa, protagonizava histórias em que sempre acabava nua. Jane é considerada uma das primeiras *pin ups* das tirinhas, dedicadas ao público masculino do *The Daily Mirror*. Outra personagem é Valentina, que nos anos 1960 passou de coadjuvante para protagonista, após o autor Guido Crepax perceber na moça um potencial erótico que atraía mais os homens do que o personagem principal.

Na tentativa de mudar esse cenário, mulheres quadrinistas vêm conquistando espaço ao produzir materiais voltados para o público feminino. É o caso do *Melaço*, um projeto de quadrinhos que conta histórias de romance entre mulheres. Ao todo, são sete narrativas com temas variados. Duas delas já estão disponíveis online na plataforma gratuita para leitura de quadrinhos Tapas. O coletivo

independente é composto pelas artistas Aline Lemos, Bruna Morgan, Dani Franck, Dika Araújo, Juliana "Jujuqui" Moreira, Lita Hayata, Manu Negri, mitka e Talita Régis.

As meninas do *Melaço* contam que começaram a gostar de quadrinhos lendo *Turma da Mônica* ainda na infância e HQs de super-heróis e mangás na adolescência. Elas viram a paixão por escrever e desenhar histórias crescer e hoje estão unidas por este amor em comum, somado à vontade de fazer um trabalho voltado, principalmente, para mulheres lésbicas.

Com projetos paralelos de histórias em quadrinhos, de diferentes abordagens e temáticas, as quadrinistas do *Melaço* veem nos coletivos de mulheres artistas uma forma de empoderamento e de estar presente na cena das HQs, ainda dominada por homens. "Ocupando esses espaços juntas a gente consegue fazer o que vem primeiro, que é chegar lá e se sustentar. Eu só não gosto de me apegar muito à ideia de ter que ser assim. Quero que uma mulher esteja segura e à vontade, respeitada, mesmo que sozinha", pontua Hayata, idealizadora do projeto.

Na opinião da quadrinista, há muitas artistas talentosas com ótimos projetos, mas sem a visibilidade que merecem. Um dos motivos para isso é a rejeição às produções femininas. "Rola muito preconceito e falta de incentivo, de não ter esses afagos externos. Uma mulher acaba interiorizando isso como uma falta de capacidade pessoal", defende.

“Não sou contra sexualização, mas quem eu quero agrada são as mulheres”

"Eu já recebi comentários desagradáveis de homens que não consomem o meu trabalho, mas que mesmo assim opinaram. Coisas como 'seus desenhos parecem da Revista *Capricho*', só porque são bem coloridos, embora eu aborde temas como depressão e crises existenciais", conta Morgan.

Para Aline Lemos, foram os coletivos de mulheres do ramo que fizeram a diferença em seu trabalho. "Teria sido impossível começar se não fosse o apoio do primeiro coletivo de mulheres artistas que participei, o ZiNas. Era um espaço de troca de saberes, apoio e atuação conjunta que me ajudou a superar as minhas inseguranças e me ensinou a produzir". Ela conta ainda que teve trabalhos recusados por serem, segundo os editores, fofos e femininos demais, "apesar de que homens com trabalhos semelhantes nunca recebem essa crítica", complementa.

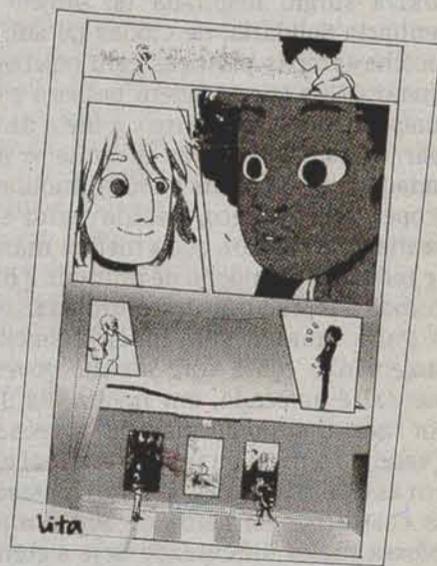
Foi conhecendo o trabalho uma da outra que o *Melaço* se tornou o projeto que é hoje. "Não achei que o *Melaço* fosse ter tanta gente e agora só consigo pensar nele se expandindo. São muitas minas talentosas. A visão, o que cada uma gosta de abordar, o ritmo do quadrinho, o formato, a frequência, o roteiro, o traço, tudo. Enfim, cada quadrinho inteiro tem um timbre muito distinto", explica Hayata.

O trabalho desenvolvido por mulheres em busca de melhor representatividade é muitas vezes alvo de críticas simplesmente por ser o que é. Mas é justamente a diversidade de realidades, sexualidades, corpos e vivências que torna *Melaço* e outros projetos tão necessários para a mudança de um cenário em que ainda predomina a presença de estereótipos de gênero e a invisibilidade de minorias.

Mesmo quebrando tabus e desconstruindo estereótipos fixados pelas HQs mais populares, "não é só para desfazer besteiras de moleques", nas palavras de Hayata, que o *Melaço* existe. Entre heroínas de *collant* e salto alto em batalhas, além de todo o apagamento do prazer sexual feminino - algo inexistente ou centrado na satisfação do sexo oposto -, surge uma HQ feita para que mulheres se identifiquem em situações cotidianas que envolvem, sim, o sexo.

"Não sou contra sexualização, mas quem eu quero agrada são as mulheres. Só isso já dá uma cara completamente diferente ao projeto. Inclusive, sou super a favor de mais erotização do ponto de vista feminino. Aqui trabalhamos em prol do *female gaze*", destaca Jujuqui.

A expressão significa "olhar feminino", e vem sendo usada para guiar diversas produções com estética baseada na vivência das mulheres e em questões que as envolvem, indo contra a perspectiva majoritariamente masculina. Aline Lemos complementa: "O problema das representações dominantes não é ser sexual, mas



Quadrinhos: as artes de Dani Franck, Juliana "Jujuqui" Moreira e Lita Hayata e de outras podem ser vistas em tapas.io/series/melaco

colocar as personagens sem vida própria ou desejos, apenas cumprindo a função de ser desejada pelo homem e sofrer passivamente suas ações. Queremos que o desejo das mulheres seja reconhecido e expressado livremente”.

As meninas pontuam que o *Melaço* é uma ferramenta feminista para que as mulheres, em especial as mulheres lésbicas, se reconheçam e se sintam representadas e acolhidas. “O *Melaço* engloba tudo o que eu sempre quis e precisei minha vida inteira. Histórias sobre a gente sem que tudo seja desastre, tristeza ou desespero”, compara Dani Franck.

“Tem sido muito ruim para as mulheres viver situações nas quais, por exemplo, decidem assistir um filme para relaxar e tudo o que é exibido e revelado ali são mensagens de que não existe a possibilidade delas terem um final feliz. O *Melaço* quebra isso. Todas nós podemos e merecemos ter um final feliz”, enfatiza.

Brasileira na Marvel, DC e Dark Horse

Em março de 2016, quando o selo Pagu Comics foi anunciado na Social Comics, a maior plataforma de *streaming* de quadrinhos da América Latina, as mulheres representavam apenas 7% dos artistas independentes com obras ativas no serviço. Esse número vem crescendo aos poucos e, em 2017, Cris Peter, colorista e roteirista gaúcha, que coloriu quadrinhos para as gigantes DC, Marvel e Dark Horse, se juntou ao selo e lançou o primeiro volume de *Quimera*. Cris já tinha experiência em roteirização, mesmo trabalhando mais com colorização, devido ao seu projeto independente *Patas Sujas*. Foi a partir dessa primeira aventura nos roteiros que surgiu o convite para escrever *Quimera*.

“Eu achei o projeto maravilhoso. Desde o princípio a Ana Recalde [editora do selo Pagu Comics, vencedora do Troféu HQMix na categoria Melhor Web Quadrinho pelo terror *Beladona*] veio falar com o coletivo do Estúdio Complementares, que eu e algumas meninas do Sul formamos. Eu estava procurando oportunidade de mais coisas para desenhar. Foi então que a Ana falou do projeto Pagu, explicou que precisava de alguém para escrever algo que fosse bem de ação e, enfim, ela me deu liberdade total de criar uma heroína do jeito que eu quisesse. Além da colorização, eu pude fazer a roteirização também.”

Paralelo à luta por inovação e diversidade nos quadrinhos, surgiu em março deste ano um movimento de assédio online nos Estados Unidos denominado Comics Gate, formado por fãs e produtores de quadrinhos que são declaradamente contrários à discussão de diversidade nas HQs. O movimento criou uma lista negra de quadrinhos a serem boicotados, a fim de provocar queda nas vendas e forçar as editoras a voltarem atrás e adotarem novamente posturas não inclusivas. A maioria das publicações citadas na lista eram de artistas mulheres, pessoas negras e LGBTs.

Em contrapartida, uma pesquisa realizada pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com mulheres, homens e pessoas que não se identificam com o binarismo de gênero, apontou que o

número de leitores que julga a representação das mulheres na HQs entre negativa e extremamente negativa é de 54,6%. Já 48% dos entrevistados consideram que as histórias em quadrinhos com protagonistas femininas não chamam tanta atenção quanto as de personagens masculinos, justamente pela forma como são retratadas.

“Tem muita coisa que é vista ainda pelo ponto de vista masculino”, opina Peter. “Tem muito cara com nome grande na área que se recusa a perceber isso. São extremamente talentosos, com um alcance muito bom e que podiam estar influenciando várias coisas, mas se recusam a entender que os tempos são outros e continuam usando a mulher como chamariz sexual. Isso não agrega nada e expulsa uma fatia de público que podia estar dando dinheiro para o mercado”, aponta a quadrinista.

Sobre as dificuldades na indústria de quadrinhos enfrentadas por mulheres, Peter diz ter tido sorte de não encontrar nada tão agressivo a ponto de interromper seu trabalho, ainda que o machismo sempre tenha estado presente e se manifestando de várias formas. “Eu tenho um nome artístico que é só meu apelido, na verdade, e ele confunde as pessoas. Ninguém sabe se Cris é homem ou mulher. Como a minha negociação é a distância, eu nunca senti essa resistência. O que acontece é que tudo está muito focado no homem, só homens compram, só homens são influenciados e se veem como artistas e aí muitos vão trabalhar no ramo”.

Cris Peter começou a fazer quadrinhos quando ainda era adolescente. Sempre gostou de colorização e desenhava para poder colorir suas próprias criações. Formada em Publicidade e Propaganda, Peter foi indicada por amigos que trabalhavam nos Estados Unidos para demandas de colorização de quadrinhos internacionais e assim conquistou para seu portfólio trabalhos para Marvel, DC e Dark Horse. Entre seus projetos em solo brasileiro, está seu livro *O Uso das Cores*, sobre processos de colorização, além de *Patas Sujas*, *Quimera* e *Eu Amo Minha Roomie*. **Z**

Girl power em um universo de heroínas nacionais

Em 2016, nasceu o selo Pagu Comics, uma parceria entre o Social Comics, serviço de *streaming* de quadrinhos, e a Editora Cândido, com o objetivo de estimular e impulsionar a produção feminina nacional. O nome escolhido é uma homenagem à cartunista Patrícia Rehder Galvão que, além de ser importante personalidade na luta das mulheres, também foi escritora, desenhista, tradutora, poeta, jornalista, crítica de arte e militante política.

Assim como os projetos independentes de mulheres quadrinistas, o selo vem para impulsionar trabalhos de artistas que, até então, não tinham espaço no mercado de HQs. Buscando mudar esse cenário, já foram publicadas pela editora quatro quadrinhos, todos feitos por mulheres e sobre mulheres. São eles: *D.A.D.A.*, de Roberta Araújo e Renata Rinaldi; *As Empoderadas*, de Germana Viana; *Haole*, roteirizada por Milena Azevedo e ilustrada por Sueli Mendes e Chairim Arrais e *Quimera*, com roteiro e cor de Cris Peter e arte de Dika Araújo, colaboradora do *Melaço*, e de Ariane Rauber. Todas as quatro histórias fazem parte do mesmo universo e estão conectadas entre si.

Ilustração: capa da HQ *Quimera*, com roteiro e cor de Cris Peter e artes por Dika Araújo e Ariane Rauber.

➔ **Leia mais** sobre quadrinistas em medium.com/@zeroufsc



Vozes invisíveis: as histórias que incomodam

Daniela Arbex, a jornalista que resgata temas esquecidos por meio de seus livros-reportagens

Em tempos de crise no jornalismo tradicional e de redações cada vez mais enxutas, ainda existem profissionais que, por acreditar e querer tanto contar uma história, acabam, por exemplo, vendendo seu próprio carro para conseguir publicar uma grande reportagem orçada em 50 mil reais. Pode parecer mentira, mas esse é o caso de Daniela Arbex, uma das jornalistas mais premiadas de sua geração, e que, ainda assim, usa recursos próprios para conseguir tornar as histórias que escreve conhecidas para o maior número de pessoas.

Mineira, Arbex é formada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora e especializada em Comunicação e Cultura. Há 20 anos trabalha no diário *Tribuna de Minas*, um jornal local, no qual publicou reportagens que viraram livros premiados. Ao todo são três já publicados: *Holocausto Brasileiro*, *Cova 312* e *Todo dia a mesma noite*.

Jornalista que deu novo fôlego à grande reportagem impressa, seus livros contam histórias importantes, mas ainda desconhecidas por inúmeros brasileiros. Ela se tornou um exemplo de inspiração para estudantes de Jornalismo do país inteiro, e, por este motivo, foi a convidada para a Aula Magna do primeiro semestre de 2018, do Curso de Jornalismo da UFSC, que aconteceu no final do mês de março. Após sua apresentação, Arbex concedeu uma entrevista coletiva, na qual falou mais sobre a profissão e sobre o processo de apuração e escrita de seus livros.

Todo dia a mesma noite é o seu terceiro livro publicado. Por que contar essa história?

Diferente do jornal, o livro-reportagem não tem uma data para entregar. O livro é uma obra aberta. Quando eu comecei a apurar o caso da [Boate] Kiss, eu nem sabia, nem lembrava que em 2018 ia fazer cinco anos. Não estava procurando por isso. Mas não importa se fizesse dois, três, cinco, dez [anos]. Eu ia contar a história da mesma forma. E mesmo que soubesse, eu não tinha a menor ideia de que ia conseguir que esse livro ficasse pronto para esse período. Então foi tudo – não gosto de dizer essa palavra, mas vou dizer pela pobreza de linguagem – uma coincidência. Porque é impossível prever que uma coisa que você começou a apurar em 2016, em janeiro de 2018 vai estar na prateleira. Tem que ser um gênio e eu não tinha a menor condição de saber disso. O livro é uma obra aberta e precisa ficar pronto quando ele estiver pronto. Não adianta antecipar tudo, porque você vai entregar um trabalho ruim que vai depor contra você, contra as editoras, e as editoras sabem disso. Eu tinha assinado um contrato para fazer um livro, e eu entreguei [o caso da] Kiss. Estava

escrevendo um outro livro completamente diferente e era uma ideia que eles [editora] já tinham comprado, quando eu decidi fazer sobre a Kiss. Eu tive que convencer os editores de que seria uma boa história.

Mesmo escrevendo livros-reportagens, você continua trabalhando com o jornal diário. Por quê?

Eu tenho uma paixão imensa pelo jornal diário, tenho muito prazer em fazer coisas do dia que não são as grandes reportagens, mas que são reportagens que mudam a vida da minha comunidade. Precisamos ter noção dessa nossa responsabilidade social, porque não é a reportagem que vai te dar prêmio, mas é a reportagem que vai fazer com que asfalem a rua daquele senhor que lê o jornal, que vai colocar todas as crianças do bairro na escola. Nós não podemos perder isso de vista porque o Jornalismo não é só glamour. A gente não vive só de prêmio. Tem a realidade e tem gente que você pode ajudar com seu trabalho, principalmente o jornal diário e local, ele tem esse poder de ajudar a comunidade. E isso também me dá muito prazer de fazer, porque eu sei que estou afetando diretamente a vida do outro. Agora se eu também quero atender um desejo meu, através da construção da memória e transformar um país, eu tenho que fazer isso onde der. Hoje para mim é o livro-reportagem, amanhã pode ser a TV, o cinema, onde puder. Eu quero é contar as minhas histórias, seja em qual plataforma for.

Por qual motivo você acha que não tem espaço para essas grandes reportagens no jornal diário?

A construção do jornal diário conspira muito contra a construção de uma reportagem de qualidade. Temos deadline, temos que fechar o jornal, temos um tempo. A realidade, a rotina das redações conspira contra esse Jornalismo que a gente acredita e que é transformador. Falo que os jornais estão dando um tiro no pé, porque a pessoa que compra um jornal quer ler mais do que ela já leu até ali, do que ela viu na TV. Ela quer ir além e não estamos conseguindo oferecer algo tão aprofundado. A reportagem especial dá credibilidade para o jornal, fideliza o leitor e faz o leitor ter orgulho do jornal. Por isso que eu acho que estamos dando um tiro no pé quando a gente não dá mais tempo, porque cada vez mais, com a escassez de gente na redação, isso está afetando as reportagens que temos feito e isso nos faz perder leitores.

As suas histórias geralmente trazem temas pouco visíveis na mídia. Por que contar essas histórias?

Porque é uma coisa que me toca profundamente, ter pessoas que não são representadas na sociedade me incomoda muito, pessoas que não têm voz, que não são vistas, não são enxergadas. Isso é uma coisa recorrente, porque o nosso preconceito é recorrente e essas pessoas de maneira recorrente são esquecidas. Então eu acabo trazendo para o Jornalismo

as histórias dessas pessoas, que são histórias que incomodam, exatamente pra fazer a gente sair da nossa zona de conforto e enxergar. Por isso que eu trabalho com temas difíceis, muitas vezes brutais, difíceis de digerir, mas alguém tem que falar disso. Meu compromisso é dar voz para essas pessoas que são invisibilizadas, que são esquecidas ou que não são sequer conhecidas. Como os personagens do Hospital Colônia que passaram uma vida inteira na invisibilidade, sem falar do que viveram e viram. E acho que o olhar, fazer esse exercício de enxergar essas pessoas é algo do jornalismo. Eu já ouvi muito lá na redação “isso não vende jornal”. E eu falo: “isso não é problema meu, o vender ou o não vender, o meu compromisso é contar essas histórias”. Eu aprendi com a jornalista Fabiana Moraes que você escreve não o que as pessoas querem ler, mas você escreve muitas vezes o que elas precisam ler e não sabem.

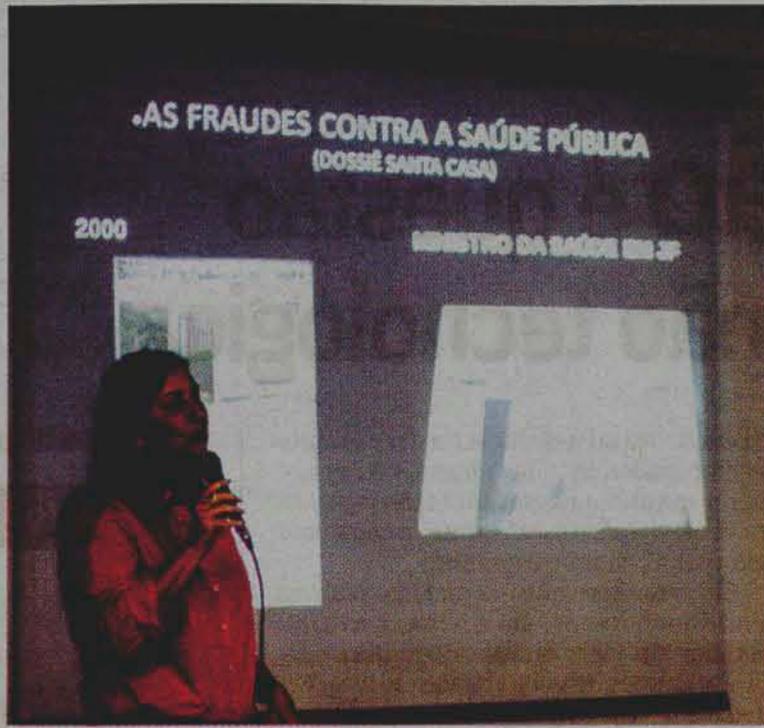
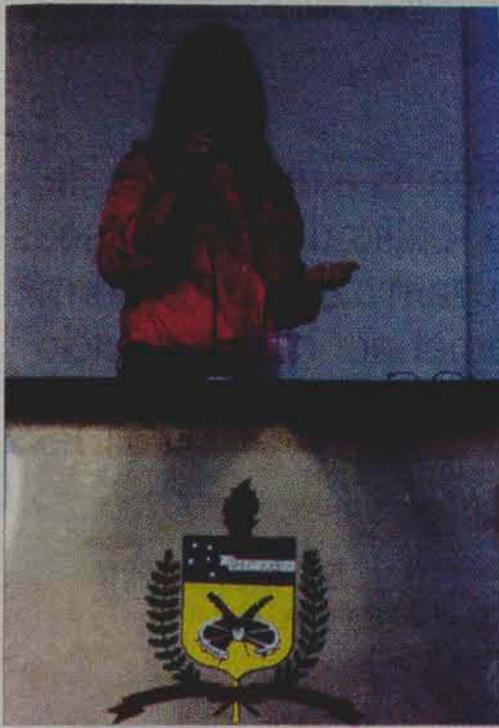
“Pessoas que não são representadas na sociedade é algo que me incomoda muito”

E de onde surgiu o *Holocausto Brasileiro* e os outros temas que viraram livros?

Existe um grande engano que é as pessoas acharem que essas coisas vêm prontas. Quando resolvi contar essa história, eu fui movida por uma indignação que era ter visto aquelas fotos e perceber que a minha geração não sabia nada sobre. E isso me moveu. Eu não tinha a menor ideia de que nunca tinham falado, que ia virar *best seller*, que ia vender 300 mil livros. Não sabia nada disso, eu não tinha a menor intenção de nada, a não ser contar essa história. Quando assumi o compromisso comigo mesma, pensei: “vou tornar essa história conhecida para o maior número de pessoas, porque isso aqui não pode continuar desconhecido”.

E o *Cova 312*?

Eu sempre quis fazer uma matéria sobre a ditadura e aí um dia eu cheguei para trabalhar e o meu jornal deu uma matéria, dizendo que a Comissão Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura tinha aberto o prazo para as vítimas de tortura no período requererem indenização. Fiquei enlouquecida com aquela informação. Eu falei: “gente, será que tem alguém de Juiz de Fora que mandou o pedido para lá?”. E sem perguntar se eu podia fazer ou não, porque era um assunto da editoria de Política e eu trabalho na Geral, liguei pra comissão e perguntei pro coordenador se algum juiz forense tinha mandado pedido para lá. Começou assim. Até que fui falar



para o meu chefe que eu já tinha ligado pra comissão, que eu queria fazer essa história. Ele disse que eu até poderia contar, mas que todo mundo já tinha contado algo sobre a ditadura, então eu teria que trazer alguma coisa diferente. Foi então que comecei a pesquisar sobre o período, sobre [a penitenciária de] Linhares, e foi assim que eu descobri que tinha tido uma morte nesses 20 anos e que o corpo estava desaparecido. Eu pensei: "um corpo não pode desaparecer". Então é assim. As histórias são construídas, as pautas não nascem prontas. Não adianta ficar esperando, na redação ou onde for, que chegue uma grande história para você contar, assim você nunca vai contar uma grande história, porque as grandes histórias elas começam pequenininhas. Aí sim, a partir do seu trabalho, da sua investigação, sua dedicação ao tema, você consegue transformar isso numa coisa que se torna maior.

E o caso da Boate Kiss?

Essa era uma história que nunca sonhei em contar. Eu não escolhi contar essa história, acabou que eu fui escolhida para contá-la. Foi por insistência de um colega. Esse colega conhecia uma enfermeira que havia participado do socorro às vítimas da Boate Kiss e despertou nele uma curiosidade sobre o caso. Ele então veio e me pediu para investigar e para contar sobre a Kiss. Acabou que a enfermeira amiga dele, e que tinha provocado todo o assunto, foi a única que não me deu entrevista. Ela me recebeu e disse: "sobre a Kiss eu não falo com ninguém". Eu falei para ela: "você sabia que eu tô aqui só por sua causa?". Não adiantou, olha só que curioso.

Dentre tantas histórias difíceis de contar, qual foi a mais impactante para você?

A Kiss. Porque, o *Holocausto* é trata de algo que ninguém sabia, então o impacto dele foi muito grande, tanto é que até hoje ele vende todos os meses pelo menos 1.500 exemplares. É um livro que vai vender sempre, ele é eterno pelo que fez pela saúde mental no Brasil. Mas como eu me aproximei muito dos familiares de Santa Maria, foi uma coisa que me abalou muito, abalou a minha rotina, a minha família. Comecei a ter medo de perder meu marido, meu filho. E esse medo é muito presente ainda na minha vida. Só que eu comecei a ter um medo que começou a atrapalhar, a sufocar o meu filho e meu marido. Foi um processo muito complicado. Acho que é porque isso está muito perto de nós. É mais distante eu pensar que eu poderia ter sido internada no Colônia. Agora, é fácil você se colocar no lugar de qualquer uma daquelas pessoas da Kiss, tanto as que morreram, como as que sobreviveram, qualquer mãe, qualquer pai. Podia ser qualquer um de nós e isso é muito próximo, muito violento.

Como você lida com as questões emocionais enquanto está apurando e escrevendo essas histórias?

Cada história é de um jeito. Apesar do impacto que eu senti no livro do holocausto, eu estava muito "feliz", se é que é possível falar dessa forma, de poder estar trazendo essa história à tona. Eu estava muito excitada com a possibilidade de contar uma história que não tinha sido contada e que precisava ser conheci-

da. Apesar de toda dor, era um momento que eu estava amamentando meu filho porque ele tinha acabado de nascer, e eu estava lidando com mulheres que não puderam amamentar seus filhos. Isso foi devastador para mim, mas eu estava muito envolvida por aquela questão, muito comprometida com a história. O *Cova 312* foi devastador também, mas foi uma coisa que eu não vivi. A ditadura é muito distante apesar de eu ter trazido para perto. Conhecer a família do Milton, e pessoas que perderam parentes que estão desaparecidos até hoje, isso é muito marcante.

“Fiquei seis meses vivendo um luto que parecia que eu tinha perdido alguém”

Agora no caso da Kiss foi muito complicado, muito mesmo. Engordei, perdi muito cabelo, eu vivi o luto deles a ponto do meu marido falar assim: "Dani, ou você termina esse livro ou esse livro acaba com você". Foi a primeira vez que ele "se meteu", porque realmente foi muito difícil. Fiquei seis meses vivendo um luto que parecia que eu tinha perdido alguém. Foi muito complicado. O da Kiss foi muito mais difícil emocionalmente do que os outros, muito mais. **Z**

Palestra: a repórter e escritora ministrou a aula inaugural de 2018, do curso de Jornalismo, da Universidade Federal de Santa Catarina

Cinco anos depois, nenhum responsável punido

Um dos incêndios mais trágicos do país aconteceu no dia 27 de janeiro de 2013 na Boate Kiss, em Santa Maria - RS. Ao todo, 242 pessoas morreram, a maioria jovens. O fogo começou em torno das 2h45, quando integrantes da Banda Gurizada Fandangueira iniciaram um show piro-técnico no palco da boate.

Na época, a Polícia Civil instaurou um inquérito para investigar o incêndio. Foram indiciadas 28 pessoas, no entanto, cinco anos depois da tragédia ninguém foi responsabilizado pelo caso e os réus seguem em liberdade.

O estabelecimento nunca mais voltou a funcionar. E em dezembro de 2017, o prédio foi desapropriado para a construção de um memorial em homenagem às vítimas. Em abril deste ano, foi escolhido o projeto desse memorial através de um concurso promovido pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). **Z**



Luto: homenagens aos mortos e pedidos de justiça em 2013 na entrada da boate

Livros-reportagens de Arbex

Holocausto Brasileiro

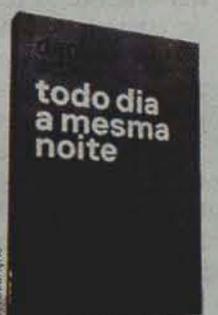
Conta a história de uma clínica psiquiátrica em Barbacena, no interior de Minas Gerais, que mais parecia um campo de concentração do período nazista.

Cova 312

Narra a morte forjada de Milton, um preso político na época da ditadura, cujo corpo desapareceu após seu falecimento no presídio.

Todo dia a mesma noite

Em seu livro mais recente, lançado em janeiro deste ano, resgata a história não contada da Boate Kiss, um dos incêndios mais trágicos do Brasil, no qual 242 pessoas morreram, a maioria jovens.



Compulsão é questão humana, não tecnológica

Dependência é uma forma de fugir da realidade e há pessoas que chegam a deixar de dormir e de comer por causa do vício

Trocando mensagens ou curtindo novas fotos no Instagram. Digitando alguns trabalhos da faculdade no notebook ou apenas jogando online. A tecnologia se tornou uma extensão das pessoas e é praticamente impossível imaginar a vida sem ela. A internet, os smartphones, os computadores, as redes sociais - tudo isso transformou a comunicação, os relacionamentos, os empregos - e fez do ser humano um refém do mundo tecnológico. E a linha que separa o uso saudável do vício em tecnologia é delicada.

Em 2010, um casal sul coreano deixou de alimentar sua bebê para criar uma "filha virtual". Eles passavam doze horas seguidas em uma cafeteria *lan house*. A criança de três meses morreu de inanição. De acordo com informações da polícia local, o casal "perdeu a vontade de viver uma vida normal" depois que perderam seus empregos. Uma demissão, um divórcio, dificuldades financeiras... O vício em tecnologia, seja ela qual for, surge quase sempre em virtude de uma situação desconfortável que queremos esquecer.

Ana Paula Mano é psicóloga formada pela PUC-SP e coordenadora do site Psicólogos da Internet, onde, ironicamente, atende de forma virtual viciados em tecnologia. Durante sete anos, participou do Núcleo de Pesquisa da Psicologia em Informática da PUC-SP e estuda questões relacionadas ao uso geral da internet. Em todos os casos que atendeu, o vício sempre surgiu da tentativa de evitar os problemas enfrentados por essas pessoas.

"Para os viciados, a tecnologia sempre se revela um escape dos problemas e torna-se um mecanismo de fuga da realidade. O vício vira uma ferramenta pela qual as pessoas buscam um alívio aos seus contratemplos", pontua.

E os sintomas que acometem os viciados são detectáveis à primeira vista. Quando as atividades mais simples do dia a dia são prejudicadas, há um alerta inicial. "Esse é o primeiro indício de que alguém é viciado. Quando atividades como comer, dormir e tomar banho são adiadas ou deixadas de lado em função do smartphone ou videogame, há um primeiro sinal de que a pessoa é viciada", afirma a psicóloga. Na sequência, vêm as mudanças de humor repentino, a ansiedade e o desejo por estar sempre em contato com a tecnologia.

Ela afirma que existem duas situações mais comuns de identificação do vício. Na primeira, é a família quem procura ajuda. Geralmente os pais percebem a mudança de comportamento e buscam ajuda psicológica. Na segunda situação, a própria pessoa reconhece o vício e procura um profissional especializado.

Nícolas Pfeifer, estudante do oitavo semestre de Ciências da Computação Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) optou pelo curso por ter afinidade com a tecnologia. "Ninguém sabe o que são as Ciências da Computação até entrar

no curso. Na adolescência eu usava muito o computador. Estudava apenas no período da manhã e passava a tarde jogando. Eu e meu irmão revezávamos, a cada hora um usava", conta o estudante.

Ele reconhece que era viciado. Passava quase dez horas por dia em frente ao computador em jogos online. "Teve uma época em que eu estava viciado. Jogava LoL (*League of Legends*) da 13h às 22h, todos os dias. Eu lembro de estar nas aulas do ensino médio e pensar: nossa, queria jogar uma partida agora", relembra.

De acordo com a coordenadora do Psicólogos da Internet, é necessário quebrar alguns preconceitos em relação à tecnologia. Para ela, algumas pessoas se reinventam por meios virtuais para se encaixar na sociedade. "Elas fazem escolhas de socialização e preferem manter relacionamentos virtuais. Há um certo 'pertencimento ao mundo tecnológico' que não é necessariamente um vício. A principal questão é: quando você tira os olhos das telas e sai do mundo virtual, a transição ocorre naturalmente? Se não existe uma necessidade imediata de retorno, o uso da tecnologia é saudável", alega a psicóloga.

“O vício vira uma ferramenta pela qual as pessoas buscam um alívio aos seus contratemplos”

Para o estudante Pfeifer, as tecnologias afetaram as pessoas e suas escolhas de modo que prevalecem as coisas que poderiam estar em segundo plano. "Acho que a tecnologia fez com que as pessoas mudassem as suas prioridades. Muitas vezes elas têm necessidade de fazer algo como ver fotos no Instagram ao invés de prestar atenção na aula ou dialogar com quem está sentado à mesa", explica o estudante.

Sua relação com as redes sociais é quase nula - não tem Instagram e raramente usa o Facebook. "Eu usava muito o Facebook e fui me desligando lentamente. Hoje, apenas uma vez por semana, duas. Eu fiz isso de propósito, porque achei que o tempo gasto não era produtivo. Uso mais o WhatsApp para comunicação, mas quase sempre mantenho o Wifi e os dados móveis desligados. Se alguém precisar falar comigo urgentemente, essa pessoa pode me ligar", brinca o aluno.

A psicóloga afirma que as redes sociais funcionam como o entretenimento perfeito para pessoas que não conseguem viver as banalidades da vida. "As pessoas têm dificuldade em lidar com emoções básicas. Elas não conseguem suportar o tédio, por exemplo, e recorrem às redes sociais. Estas nos mantêm entretidos e nós não precisamos nos preocupar em encarar de frente essas emoções. É preciso aprender a lidar com esses sentimentos vazios", reitera.

Hoje aos 24 anos, o estudante de Ciências da Computação tem uma relação ain-

Uso de smartphones, redes sociais e internet

Mundo



Brasil



FONTES: WE ARE SOCIAL (2017) E MOTOROLA PHONE-LIFE BALANCE STUDY (2018)